

Dias: recontamos a história desse nazarenense

O boletim *Sabores & Saberes* é memorialístico em todos os sentidos. Afinal, re-memora tradições, momentos e, claro, pessoas. Desta vez, aliás, um artigo especial viaja até Nazareno para relembrar o Padre José Custódio Dias – cuja trajetória "ultrapassa os limites de uma atuação meramente institucional, inserindo-o no núcleo dos acontecimentos que marcaram a consolidação do Estado Imperial Brasileiro, ao mesmo tempo em que preserva traços ligados à sua origem".

Página 6

Conheça Milton Santos, o patrono da Geografia Brasileira

"Milton Almeida dos Santos foi um reconhecido geógrafo brasileiro, considerado por muitos como o maior pensador da história da geografia humana no Brasil, sendo um dos maiores do mundo. Destacou-se por escrever e abordar temas como a epistemologia da Geografia, globalização, espaço urbano, entre outras pautas do pensamento brasileiro".

Página 12



A URNA ELETRÔNICA "CHEGA AOS 30"

Mais de 150 milhões de eleitores devem ficar frente a frente com a urna eletrônica no último trimestre de 2026. E ela "permanece como um dos maiores marcos tecnológicos e institucionais da democracia brasileira, resultado de um esforço coletivo que ajudou a fortalecer a confiança do eleitor e garantir que a vontade popular fosse respeitada nas urnas".

Página 8

CRÔNICAS DO COOPERATIVISMO

Nesta edição, João Pinto de Oliveira escreve sobre *memória*; palavra que tem tudo a ver com este boletim, mas que também revoluciona quando se transforma em propósito no

Cooperativismo e na união de forças. Conta o autor: "E foi ele, o povo, representado a princípio por 22 membros-fundadores da nossa instituição, que não se ateve aos muros fronteiriços, às idiosincrasias culturais, à des-

crença externa. Ao contrário: de tostão em tostão e de conta em conta expandimos além dos arredores, avançando horizontes instigantes à frente".

Página 3

PREÂMBULO

SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Segundo a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, documento governamental que normatiza a educação básica nacional, esta objetiva “valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural, digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade”. Assim, conceitos e conhecimentos históricos, geográficos, ligados a um lugar, geram o sentimento de pertencimento, a pessoa se distinguindo como sujeito e reconhecendo o seu lugar no mundo. “O pertencimento é uma motivação que seres humanos têm para procurar e manter laços sociais, profundos, positivos e recompensadores” (R. F. Baumeister e M. R. Leary – <https://bdiaweb.ibge.gov.br/consulta/pedologia>).

Temos que sentir respeito, admiração, afinidade, cuidado pela terra que nos acolhe, dela participando ativamente como cidadãos e moradores. “O lugar onde nascemos, o espaço onde vivemos/atuamos são dotados de significado ímpar “que nos remete a boas memórias e que nos traz uma sensação de pertencimento, sentimento, identidade, afetividade”. (Proenem 2021 – conceitos geográficos – <https://www.proenem.com.br/enem/geografia/conceitos-geograficos>).

“Para se sentir pertencente é imprescindível que se conheça o lugar onde se vive em suas diferentes dimensões: sociais, culturais, territoriais, pois quem não possui conhecimento, está sujeito a aceitar o que lhe é imposto, portanto não estabelece um vínculo com o lugar a que pertence, ainda que tenha nascido ou viva nele. A construção do sentimento de pertencimento tem relação com o conhecimento, mas conhecer não é suficiente, embora seja imprescindível, pois há a necessidade de estabelecer um vínculo com o lugar onde se vive e participar de forma ativa como cidadão” (Claudia Eliane Ilgenfritz Toso – Conhecer para pertencer – a relação criança, escola e cidade” UNIJUI, 2018, p. 10).

Em suma, é fundamental conhecer para valorizar. “Conhecer a história local é uma forma de valorizar o presente, encontrando, no passado, exemplos que inspirem ações futuras. Quem conhece, também cuida, preserva” (Natalia Nogueira – “Construindo um sentimento de pertencimento” – <https://historiahoje.com/construindo-um-sentimento-de-pertencimento>).

Que todos – autoridades, educadores, o cidadão – edifiquemos/solidifiquemos o espírito de pertencimento, valorização da terra onde nascemos e residimos!

Adivinhas/Charadas



- 1 – O que é, o que é? Um ponteiro disse para o outro.
- 2 – O que é, o que é? Cru não existe e cozido não se come.
- 3 – Qual é a coisa, qual é ela, quem a dá fica com ela?
- 4 – O que é, o que é? O cirurgião e o matemático têm em comum.

Respostas: 1) Encontro você ao meio-dia; 2) O sabão em barra; 3) A queda; 4) Ambos vivem fazendo operações.

Provérbios e Adágios

- Quando os justos florescem, o povo se alegra; quando os ímpios governam, o povo geme.
- O amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade.
- A beleza está no olho do observador. (provérbio inglês)
- Defeito que agrada o sultão, vira virtude. (provérbio árabe)

Para refletir

FRASES DE CORA CORALINA:

- “Recria tua vida, sempre, sempre. Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.”
- “Mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros.”
- “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”
- “O saber se aprende com os mestres. A sabedoria, só com o corriqueiro da vida.”

Expediente

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.


credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

Comissão: Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diéle
Coordenação: Ana Clara de Paula
Redação: João Pinto de Oliveira
Colaboração: IHG – São Tiago
Apoio: Fernanda Cristina de Sousa
Revisão: Fábio Caputo e Sandra Caputo
Jornalista Responsável: Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

Reflexões

“Lembrar é fácil para quem tem memória; esquecer é difícil para quem tem coração”, escreveu Gabriel García Márquez; ou William Shakespeare – dois nomes a que, me recorde bem, essa frase costuma ser atribuída.

Mas muito além dessa camada emocional, a memória também tem, acredite, sua função social. Afinal, constrói cidadania, reconhece sujeitos, corrige erros passados e até desenha perspectivas melhores de futuro. Tudo isso enquanto dádiva que se hospeda no porão mental de um vizinho, de um parente que guarda documentos antigos, de um desconhecido que tagarela sem parar na fila do supermercado enquanto lembra velhos tempos, de um pesquisador voluntário que compartilha descobertas em blogs – ou quiçá nas páginas de um boletim.

E isso tem tudo a ver com os 40 anos do Sicoob Credivertentes porque, ao revisitar o passado, o que vem à lembrança é (ter) corpo, mente e espírito comprometidos com a História, o desenvolvimento social, a inovação tecnológica... A soberania cidadã respeitando identidades, costumes, aptidões locais.

Quem diria, então, que democratizar o Crédito em cada espaço onde desembarcamos transformaria tudo isso em empreendedorismo e cultura; em ações pela coletividade; no rompimento da estagnação econômica em comunidades que sempre viram suas parcas economias partirem em direção a grandes centros ou ficarem retidas nos bolsos de poucos.

Nessas quatro décadas, defendemos – e praticamos – que recursos circulantes permanecessem entre nossa gente; impulsionando o empreendedorismo, abraçaria jovens e segmentos sociais vulneráveis, multiplicaria oportunidades, autoestima, esperança, dignidade.

Fácil não o foi. Afinal, levantamos tais bandeiras em localidades ora ignoradas por instituições financeiras tradicionais, ora se recuperando de traumas causados pelo insucesso de outras cooperativas. Mas teimosos e es-

perançosos que somos, sempre construímos (apesar das limitações de praxe) alicerces estáveis com bases (tanto éticas quanto sistêmicas) inabaláveis.

Daí implementarmos governança corporativa e racionalidade econômica contrariando, inclusive, a visão simplista e até popular de que cooperativas são entidades caritativas. Ademais, a construção de relações de confiança – seja no próprio atendimento ao cooperado, seja na transparência institucional, seja no estabelecimento de parcerias inovadoras – também nos fortaleceu.

Disso nos lembramos enquanto refletimos nossa trajetória, quando esbarramos com publicações que noticiaram cada passo dado na instituição, quando avaliamos o impacto da nossa Cooperativa em longas quatro décadas. São fragmentos de memória que se encaixam a peças de diferentes histórias tanto de comunidades quanto de nossa gente – e se misturam num caleidoscópio de desenvolvimento com força, coragem e fé na união que brota ali, no meio do povo.

E foi ele, o povo, representado a princípio por 22 membros-fundadores da nossa instituição, que não se ateve aos muros fronteiriços, às idiossincrasias culturais, à descrença externa. Ao contrário: de tostão em tostão e de conta em conta expandimos além dos arredores, avançando horizontes instigantes à frente.

De São Tiago, chegamos a outros 27 municípios do Campo das Vertentes, da Zona da Mata e até desembarcamos na capital mineira. Tudo isso com a missão de democratizar o crédito sem deixar de lado forças comunitárias, ricas tradições, valores, contextos históricos, memórias.



Difícil travessia

Por Fabio Antônio Caputo

Perguntei ao Sr. Gonçalo, um bom vizinho, homem maduro e experiente que faz serviços de jardinagem e horta em nossa casa, se o sono dele era bom, de qualidade. Matreiro, responde que sim, que dormia bem, mas (importante ressalva) seu sono era comprado. Desses que se encontra em farmácias e drogarias em caixinhas coloridas com a palavra Zolpidem escrita em algum canto.

A palavra bênção no sentido religioso é graça divina, e no sentido coloquial é felicidade, oportunidade rara alcançada ou bem estar. Um bom sono é uma bênção e muitos da fração de pessoas que mergulham no travesseiro e já usufruem do seu prazer nem se apercebem disso considerando-o corriqueiro, obrigatório e privilégio adquirido. Aquém daqueles que sofrem de insônia, uma destruidora doença que assim deve ser tratada, existem outros que dormem mal e talvez nem tenham consciência do que é dormir bem por não saber o que deveriam experimentar.

O sono ruim, ainda não a insônia, tem suas causas e consequências, internas e externas, dentro de casa e no mundo lá fora. Internamente, no quarto e na cama, convivem as dificuldades para adormecer, o olhar no vazio escuro, depois muitos acordares, ir tomar água, voltar ao banheiro, sentir o incomodo do pescoço suado, frio ou calor, cobrir e descobrir o corpo, rodar sobre o virol feito frango assado em televisão de cachorro e a esquisita sensação de sentir o próprio peso amassando a própria musculatura no colchão. É também comum não encontrar uma posição ideal para repousar os braços e ficar afofando e ajeitando continuamente os travesseiros por não concluir se eles estão macios demais ou duros demais. Além disso, pensar nas coisas do dia seguinte, se orgulhar ou se arrepender do que foi feito no dia anterior ou tentar reter uma ideia que periga ser perdida ou esquecida. Quanto às dores no corpo, melhor nem falar, nem pensar: cada um tem a sua coleção. Recomeçar, dormir, sonhar, acordar e recomeçar.

Externamente, os tipos de elementos influenciadores que minam o sono dependem do tipo de ambiente e estrutura urbana. Os que viveram em uma metrópole e em uma pequena cidade do interior sabem, clara ou intuitivamente, as diferenças.

Nos grandes centros os meios físicos que mais afetam o sono são a luz e o som, este último liderando. A iluminação pública e faróis de veículos invadem violentamente os ambientes vazando cortinas, venezianas e painéis, projetando sombras fixas e em movimento. O som é plural. Mesmo de madrugada aquele produzido pelo trânsito é relevante: carros passando, motos roncam estridentes, ônibus chacoalham a lataria, o freio a ar do caminhão grita, sirenes de ambulâncias e viaturas de polícia, a freada antes do baque surdo da batida, as buzinas dos mal educados, o retumbar alto dos sons automotivos de motoristas sem noção. O ruído branco ininterrupto do transformador no poste da esquina causa estranhamento.

Os seres humanos também contribuem: os notívagos voltam caminhando para casa conversando animadamente sobre se a noitada valeu a pena, a vizinha do andar de cima chega da festa de madrugada e os sapatos de salto alto, tipo agulha, maior que dez centímetros, cutucam o piso em compasso ritmado. Um mistério ficará sem solução: do mesmo apartamento, em noites avançadas, chegava um som de bolinha de gude caindo no chão e rolando!

Aqui no interior a realidade e as influências são outras. Para começar a chuva e o vento são mais intimistas, são atores que representam especialmente para nós e nossa casa. As gotas



de chuva tamborilam nas janelas e vidraças e jatos d'água que caem do telhado dão a sua medida. O vento sibila forte e sacode as folhas das árvores criando ruídos, balança tudo o que está dependurado e assovia nas reentrâncias das telhas.

E os insetos? O lado oposto à nossa casa é reserva natural, é área verde, é campo, é mato. Saber conviver com insetos à noite é obrigatório, pois costumam chegar ao entardecer. São de inúmeras espécies, desenhos exóticos, tamanhos distintos e com grau diversificado de incomodar. Pernilongos e baratas do mato (ainda bem que não é comum), todo o tipo de mosquito, parentes pequenos do louva deus, grilos, mariposas (cinzas, brancas como noiva, imitando armadura medieval, disfarçada de folha e mais), marimbondos, besouros e joaninhas. Besouros e mariposas costumam voar desatinadas pelo quarto batendo nas paredes e na televisão.

O silêncio da noite no interior, em São Tiago e especificamente nos nossos arredores, é sutil. Não é um vácuo sem vida. Na madrugada é possível escutar o caminhão pesado gemen-do na subida da Aguada para a Capela de Fátima, o som do avião a jato, os carros indo ou voltando para sítios e fazendas na região do Macuco e Chapada, a reverberação de festas particulares e shows no Largo da Matriz e até os cascos de um cavalo, cujo peão perdeu as horas, batendo no calçamento.

Um capítulo a parte são os latidos dos cachorros. A cidade está repleta deles sendo que um morador do bairro tem mais de trinta (razoavelmente bem tratados, supõe-se). Quando um grupo inicia uma sessão de uivos e latidos, várias respostas similares chegam de outros pontos do bairro, numa comunicação em repetição que se estende e depois vai silenciando aos poucos.

A tecnologia dos dias atuais trouxe muitos equipamentos eletrônicos para nossa casa, inclusive quarto. No escuro da noite um conjunto de pontos luminosos de LEDs vermelhos, verdes e azuis simula um painel de uma nave chamando a atenção. Entretanto, isso não se compara à primeira vez que vagalumes entraram no nosso quarto criando um efeito tão maravilhoso quanto inesperado.

É garantido lembrar que em certo ponto na linha da noite haverá a visita de Morpheus, o Sonho dos Perpétuos (vide Sandman), impondo os desígnios de sua missão imemorial, mesmo que você não se lembre, lançando-nos em sonhos às vezes felizes, às vezes pesadelos, mistérios, batalhas heroicas, desenhos surreais, confusões e reencontros afetivos. Os músculos reagem, os olhos reviram, a respiração torna-se mais forte e pode haver transpiração.

Ao amanhecer, acordando de outro sono talvez comprometido por vários fatores e influências noturnas, pronto para viver outro dia, o corpo fica letárgico e indeciso sem saber se está cansado e amarrado pela difícil travessia da noite que passou ou descansado e revigorado para enfrentar a difícil travessia da noite que virá. Ou então, comprar o sono!

1626– 2026 – CELEBRAÇÃO DOS 400 ANOS DE INÍCIO/ FUNDAÇÃO DAS MISSÕES JESUITICO GUARANIS

Em 2026, mais precisamente no dia 03 de maio, comemoraram-se os 400 anos de início das missões jesuítico-guaranis no Rio Grande do Sul – a celebração do encontro entre jesuítas e guaranis na formação das reduções únicas na América do Sul. Um modelo de civilização e marco histórico no processo de agregação, organização e evangelização do povo guarani, envolvendo a atuação, conhecimento, empreendimento dos missionários jesuítas. As reduções mantinham o sistema de cacicado ou cabildo, uma espécie de conselho administrativo-corporativo, formado por lideranças indígenas, cabendo aos jesuítas as atribuições de cuidadores do bem comum, orientação catequético-espiritual e artístico-educacional (as reduções possuíam escolas de música, corais, orquestras etc.).

Reduções – mais conhecidas hoje como “Sete Povos das Missões” – eram, pois, aldeamentos ou povoações nucleares com sistema comum de bens culturais, unindo organização social coletiva, educação, fé, com atuação transfronteiriça (Brasil, Argentina, Paraguai), administrados pela Companhia de Jesus. Tais cidades missioneiras, em número total de 18, chegariam a abrigar mais de sete mil moradores, superando populações de centros urbanos da época como Buenos Aires e Assunção. Viriam a ser destruídas por bandeirantes, a serviço dos governos coloniais. Sofriam ainda a ação dos “encomendeiros”, grupos colonizadores que impunham trabalho servil aos nativos sob concessão da Coroa Espanhola. Época em que os povos originários (indígenas) eram submetidos a brutal exploração de trabalho, escravidão, pilhagem de suas terras, expropriação de sua cultura por bandeirantes escravistas e dominadores europeus. As missões jesuíticas buscavam integrar as pessoas, promovendo aprendizagem, convivência comunitária, reconhecimento da cultura nativa. A economia nos aldeamentos era coletivizada com vasto número de oficinas de ferraria, selaria,

escultura, tecelagem, além da criação de gado e culturas agrícolas, atividades que abasteciam o consumo interno e financiavam a comunidade.

Outras instituições missioneiras foram criadas, ao longo dos séculos XVI e XVIII, algumas em conjuntos arquitetônicos remanescentes, dentre estes os sítios de São João Batista, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo, todos tombados hoje pelo patrimônio público federal. O conjunto de São Miguel Arcanjo foi declarado, ademais, pela UNESCO como patrimônio cultural da Humanidade.

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS MISSÕES – Em 1626, padres jesuítas, sob a liderança de Pe. Roque Gonzalez de Santa Cruz – paraguaio e que dominava o idioma guarani – cruzaram o Rio Uruguai, fundando a primeira missão no Rio Grande do Sul, denominada San Nicolas (São Nicolau). Foi seguido na chefia da redução pelo Pe. Antonio Sepp von Rechegg (1655–1733), austríaco, que se destacaria, não só como experiente evangelizador, mas também como músico, escultor, escritor, arquiteto, pintor, considerado o pai da siderurgia no Rio Grande do Sul. O 3º foi Sepé Tiaraju, nascido na redução de São Luiz Gonzaga em 1733, líder que se destacaria nas lutas contra os impérios espanhol e português, lembrado como mártir da causa guarani.

A história registra o protagonismo de inúmeros indígenas, no enfrentamento aos colonizadores, dentre os quais sobressaem os nomes de Nhecu, Nenguiru, Abiaru, Sepé Tiaraju, Andresito Guasarari. A nação guarani teria sido a mais numerosa da América do Sul, alcançando cerca de dois milhões de indígenas até a chegada dos invasores europeus. Eram autossuficientes em suas atividades alimentares, medicinais, artesanais com a produção de adornos e utilitários, além de excelentes navegadores.

OS 400 ANOS DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI E SEU LEGADO HISTÓRICO-CULTURAL

por Marcus Santiago

As Missões Jesuítico-Guarani são uma das maiores heranças históricas, culturais e religiosas da América do Sul. Mais do que antigas construções ou acontecimentos do passado, elas representam a memória de um povo que aprendeu a viver em comunidade, unindo fé, trabalho, cultura e convivência. Em 2026, a celebração dos 400 anos dessa trajetória convida a sociedade a recordar um legado que permanece vivo até os dias atuais.

A história das Missões surgiu em um período marcado pela expansão colonial europeia e pelos constantes conflitos na América do Sul. Os povos indígenas enfrentavam ameaças à sua liberdade, à sua cultura e à própria sobrevivência. Nesse contexto, os padres jesuítas chegaram ao continente com a missão de evangelizar, mas também de organizar comunidades que oferecessem proteção, educação e melhores condições de vida aos indígenas guaranis.

Em 1626, os padres jesuítas liderados por Roque Gonzales e Miguel de Ampuero fundaram São Nicolau do Piratini, considerado o primeiro povoado missioneiro na região que atualmente pertence ao Rio Grande do Sul. A partir desse momento, várias reduções jesuítico-guaranis foram sendo criadas nos territórios que hoje fazem parte do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

As Missões eram comunidades organizadas, compostas por igrejas, escolas, cemitérios, abrigos para órfãos, viúvas e mulheres solteiras, além de oficinas, plantações, praças e espaços coletivos. O trabalho era realizado em grupo e envolvia agricultura, pecuária, música, artesanato, escultura e diversas atividades culturais. Os conhecimentos trazidos pelos jesuítas se uniram à sabedoria e às tradições do povo guarani, formando uma experiência única de convivência humana e intercâmbio cultural.

Dessa convivência nasceram importantes manifestações artísticas e culturais. A música barroca missioneira, as esculturas sacras em madeira e a arquitetura das reduções tornaram-se símbolos da cultura missioneira sul-americana. Até hoje, muitos costumes, expressões religiosas e tradições populares da região guardam influências desse período histórico.

Apesar da organização e do desenvolvimento das Missões, a trajetória missioneira também foi marcada por conflitos e sofrimentos. As invasões de bandeirantes paulistas, interessados na captura e escravização indígena, colocaram muitas reduções em constante perigo. Posteriormente, disputas territoriais entre Portugal e Espanha provocaram guerras e destruição, especialmente durante a Guerra Guaranítica, ocorrida entre 1753 e 1756.

Outro acontecimento decisivo para o enfraquecimento das Missões foi a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e espanhóis no século XVIII. Em Portugal, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, promoveu uma série de reformas políticas e administrativas que culminaram na expulsão da Companhia de Jesus em 1759. Pom-



FOTO: DIVUGAÇÃO INTERNET

bal acusava os jesuítas de exercerem grande influência política e econômica sobre as colônias. Com a retirada dos padres, muitas reduções perderam sua principal estrutura de organização, entrando em decadência e abandono ao longo das décadas seguintes.

Mesmo após o declínio das Missões, seu legado permaneceu vivo. As ruínas preservadas até hoje continuam testemunhando a importância histórica, cultural e religiosa dessa experiência comunitária. Entre os maiores símbolos desse patrimônio estão as Ruínas de São Miguel das Missões, localizadas no noroeste do Rio Grande do Sul. O sítio histórico preserva a memória das antigas reduções jesuítico-guaranis e possui como principal monumento a Igreja de São Miguel Arcanjo, construída entre 1735 e 1745 em estilo barroco, com participação dos indígenas guaranis sob orientação dos jesuítas.

As celebrações dos 400 anos das Missões Jesuítico-Guarani procuram valorizar não apenas os acontecimentos históricos, mas também os valores humanos deixados por essa experiência. Exposições, apresentações culturais, celebrações religiosas, roteiros históricos, pesquisas acadêmicas e seminários ajudam a preservar a memória missioneira para as novas gerações.

Celebrar os 400 anos das Missões é reconhecer a contribuição dos povos indígenas para a formação cultural da América do Sul e refletir sobre a importância do respeito entre as culturas. Mais do que recordar o passado, essa comemoração reforça valores como solidariedade, convivência, memória, territorialidade e identidade coletiva.

Quatro séculos depois, as Missões Jesuítico-Guarani continuam emocionando porque representam a capacidade humana de construir comunidade mesmo diante das dificuldades históricas. Seu legado permanece vivo nas ruínas, na música, na fé, na arte, na cultura popular e na memória de um povo que transformou a diversidade em identidade.

O “Dias”, relato sobre um ilustre nazarenense e sua família

Por Augusto Leonel Ribeiro

Quando pensamos nas figuras históricas que habitaram nossa “terra querida”, como assim a designou Dona Ana Flausina da Trindade Nacif¹, a pequena Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Ribeiro Fundo², incrustada no caminho entre a velha Vila de São João del-Rei e a progressista Santana das Lavras do Funil³, podemos destacar um dos homens mais influentes do Parlamento Imperial: o Padre José Custódio Dias.

Meu primeiro contato com o nome desse distinto político brasileiro ocorreu por meio de uma conversa com o multiartista nazarenense Modesto da Silva Netto que, em ocasião remota, apresentou-me menções ao nosso conterrâneo nos volumes da obra “Efemérides de São João del-Rei”, de autoria do historiador sanjoanense Sebastião de Oliveira Cintra. No entanto, naqueles escritos, as informações sobre José Custódio eram diminutas.

Anos mais tarde, ingressei no curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei e, no desenvolvimento de minhas pesquisas acadêmicas, acabei cruzando meu caminho com o da família do referido sacerdote. Ao “revirar” inventários setecentistas e oitocentistas mantidos pelo escritório do IPHAN na “cidade dos sinos”, deparei-me com o de Dona Ana Lopes da Silva, mãe do Padre José Custódio. Apesar de não ser objeto direto de minhas pesquisas, registrei todo o documento com minha câmera fotográfica para que, em momento oportuno, pudesse fazer uma leitura atenta do que nele constava.

Esses registros permaneceram guardados em meus arquivos pessoais por muitos anos. Na década passada adquiri um livro de Alfredo Valladão que abordava aspectos da vida do Padre José Custódio⁴, foi então que minha curiosidade sobre aquela família foi novamente despertada, levando-me a examinar as dezenas de folhas que compunham o inventário de Dona Ana, bem como outras fontes. Foi então que consegui vislumbrar pormenores da vida daqueles sujeitos cuja maioria compartilhava comigo da mesma origem geográfica.

Pesquisando posteriormente os livros de casamento e batismo de São João del-Rei, hoje parcialmente digitalizados e disponibilizados pelo portal “Family Search”⁵, encontrei algumas referências aos membros da família Dias que apareceram nominalmente no referido inventário. O primeiro registro foi o do matrimônio de Custódio e Ana, realizado no dia 06 de fevereiro de 1766, na Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Ribeiro Fundo. O celebrante foi o capelão Padre José Alves Preto, tendo como testemunhas Domingos Ferreira Leitão e Manoel Soares.

De acordo com o registro, Custódio José Dias, pai do Padre José Custódio, era natural da Freguesia de São Pedro da Boa Vista, no Bispado do Porto, filho de Antônio Dias e Maria Luiz. Portanto, um reinol, termo utilizado à época para designar os portugueses radicados no Brasil. Dona Ana, por sua vez, era filha de Domingos Lopes Baeta e Quitéria Pereira da Silva, natural e residente na freguesia onde ocorreram as bodas.

Pouco mais de um ano após o casamento, realizou-se o registro de batismo do Padre José Custódio, no qual se lê: “Aos vinte e oito dias do mês de março de mil setecentos e

sessenta e sete, na Capela de Nossa Senhora de Nazaré, filha da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, o Reverendo José Alves Preto, capelão da dita capela, batizou e pôs os Santos Óleos a José, filho legítimo de Custódio José Dias e Ana Lopes da Silva; foram padrinhos Domingos Lopes Baeta e Quitéria Pereira da Silva, todos desta freguesia.”⁶. O registro documental confirma o local de nascimento do parlamentar.

Para minha surpresa constatei que Dona Ana Lopes da Silva, pelo ramo materno, estaria ligada à minha genealogia por meio de um dos casais que integraram os primeiros grupos luso-brasileiros povoadores do interior paulista e de Minas Gerais. E, para além desse parentesco distante, descobri tratar-se de uma mãe dedicada, que cuidou com zelo de seus quatro filhos, os quais, infelizmente, pouco conviveram com ela devido ao seu falecimento precoce, ocorrido, ao que tudo indica, por volta dos 23 anos.

A análise de seu inventário, que foi registrado em dezembro de 1773, revela que a família gozava de certo conforto para os padrões da época, pois possuíam móveis e utensílios que não eram encontrados com frequência em muitos dos lares da região naquele período. Além disso, Ana parece ter sido uma mulher de boa apresentação social, como indica o conjunto de joias de ouro e pedras preciosas arrolado entre seus pertences. Ademais, o casal possuía um pequeno grupo de homens, mulheres e crianças escravizados⁷.

A principal atividade de Custódio parece ter sido o comércio de secos e molhados, com foco em fazendas para alfaiataria e costura, itens que aparecem em grande volume entre os bens inventariados. Esse comércio era exercido tanto no Arraial de Nazaré quanto no de São Gonçalo da Ibituruna, onde também possuía uma casa.

Além de José Custódio, o casal teve outros três filhos – Custódio, Quitéria e Ana –, esta última com apenas três meses de vida quando a mãe faleceu.

Aos dezesseis anos, apesar de ser a mais nova dos irmãos, Ana Josefa da Silva, casou-se com Marcos de Souza Magalhães na Capela de São Gonçalo da Ibituruna, era o primeiro quartel do revolucionário ano de 1789⁸. Seu noivo era filho do Tenente-Coronel Marcos de Souza Magalhães e de Dona Mariana de Almeida Silva. Marcos e Ana foram pais de numerosa descendência, chegando a duas dezenas de filhos, conforme levantamento constante em sua árvore genealógica da plataforma “Family Search”.

Quitéria Josefa da Silva, ao que parece, teria sido a segunda a se casar, possivelmente em 1792, pois, em fevereiro de 1793, já batizava seu filho José⁹, o primogênito, fruto de seu casamento com Antônio Moreira de Souza Ribeiro, filho de Antônio Moreira Ribeiro e de Dona Juliana de Souza Soares¹⁰. O batismo ocorreu na Capela de São Gonçalo da Ibituruna. Antônio e Quitéria, tal como o casal anterior,

6 <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:339N-G43M-W?i=41&wc=M5FF-4WT%3A369991501%2C369991502%2C370179401&cc=2177275&lang=pt>

7 José, 30 anos, de Cabo Verde, casado com Dorotéia; Dorotéia, 25 anos, da Costa da Mina, casada com José; Brígida, 2 anos, crioula, filha de José e Dorotéia; Tereza, 4 meses, crioula, filha de José e Dorotéia; Luzia, 23 anos, de Angola; Joaquim, 14 anos, da Costa da Mina; Caterina, 13 anos, cabra.

8 <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:339N-G4D2-H?i=19&wc=M5FF-92H%3A369991501%2C369991502%2C370824101&cc=2177275&lang=pt>

9 <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:339N-GW92-YZ?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6FDX-N2JJ&action=view&cc=2177275&lang=pt&groupID=M9SC-33J>

10 <http://www.projeto.compartilhar.org/Familia/cap02MarianadeAlmeidaeSilva.htm>

1 Professora e memorialista nazarenense.

2 Atual município de Nazareno.

3 Atual município de Lavras.

4 VALLADÃO, Alfredo. O padre José Custódio: arauto do liberalismo no Primeiro Reinado e na Regência. Rio de Janeiro: Rodrigues e Cia., 1952.

5 <https://www.familysearch.org/>



deixaram numerosa prole, faltando apenas um filho para se igualarem a Marcos e Ana.

Em 1794¹¹, o Padre José Custódio e seu pai, então mencionado como capitão, testemunharam o casamento de seu irmão Custódio José Dias na Capela do Arraial de Nazaré. Ele se uniu à sua conchuda Mariana de Almeida Silva, homônima da mãe, e também filha do Tenente-Coronel Marcos de Souza Magalhães. Foram genitores um pouco mais contidos, mas ultrapassaram uma dezena e meia de filhos.

Enquanto seus irmãos seguiam caminhos matrimoniais e de constituição de famílias que, com o tempo, se mostrariam numerosas, José Custódio enveredou-se pelo pelos caminhos do sacerdócio, estudando em São Paulo e Mariana, então sede do Bispado que abrangia todas as paróquias da Capitania de Minas Gerais. Em Mariana José foi ordenado sacerdote no ano de 1791. Em sua vida sacerdotal, segundo informações do Jornal do Comércio, atuou como Vigário da Vara nas vilas de Sabará e Campanha, além de Vigário-Geral do Bispado de Mariana¹².

No campo político, construiu uma carreira sólida, iniciada em 1821 e encerrada com seu falecimento, em 1838. Foi eleito deputado às Cortes Constituintes de Portugal, mas não assumiu o cargo, já ciente de que o movimento de emancipação tornaria inúteis seus serviços naquele contexto. Com a Independência do Brasil, integrou a Assembleia Constituinte do Império, destacando-se pela postura firme e independente até sua dissolução por D. Pedro I. Após a outorga da Constituição, foi sucessivamente eleito deputado, mantendo a presença constante no Parlamento até alcançar o Senado do Império, em 1835.

Sua atuação não esteve orientada por interesses pessoais, o que se evidencia pelo reconhecimento de que figurava entre os poucos oposicionistas que não utilizavam a política como meio para a obtenção de vantagens. Tal aspecto reforça a imagem de um homem público guiado por princípios.

As descrições de contemporâneos permitem vislumbrar também sua figura humana. Conforme Silvia Buttros citou em sua nota publicada na Revista da ASBRAP¹³, o Reverendo Walsh descreveu Padre José Custódio como um homem alto, magro, de traços marcados e comportamento por vezes inquieto, cujas reações podiam se intensificar diante de temas que lhe despertavam maior fervor, especialmente as questões constitucionais. Era orador frequente, dotado de inteligência ágil e grande fluência, embora, em certos momentos, seu ímpeto o levasse a posições consideradas ousadas, inclusive em matérias sensíveis aos costumes religiosos de seu tempo. De formação essencialmente local, dominava o português e o latim clerical.

Buttros ressalta ainda que, já estabelecido na Corte, adquiriu uma chácara, a afamada Chácara da Floresta, na Rua da Ajuda, ao sopé do Morro do Castelo, espaço que se tornou palco de articulações políticas relevantes. Ali foram deliberadas medidas de grande impacto nacional, como a re-

dação do ultimato dirigido a D. Pedro I após a Noite das Garrafadas, documento do qual foi signatário e portador. O local também sediou encontros decisivos, como os que antecederam as discussões da chamada Constituição de Pouso Alegre, em 1832.

Assim, a trajetória de José Custódio ultrapassa os limites de uma atuação meramente institucional, inserindo-o no núcleo dos acontecimentos que marcaram a consolidação do Estado Imperial Brasileiro, ao mesmo tempo em que preserva traços ligados à sua origem.

Já como senador do Império, sentiu o peso da idade e da enfermidade recair sobre seus ombros e, retirando-se para a



Igreja de Nossa Senhora de Nazaré – Nazareno/MG

Fazenda do Centro, na área rural do atual município de Alfenas, faleceu junto à sua família no dia 07 de janeiro de 1838.

Custódio, seu irmão, também ingressou na política, sendo deputado pela Província de Minas Gerais por duas legislaturas consecutivas entre 1826 e 1834. Além disso, foi capitão-mor de São Carlos do Jacuí, atual município de Jacuí. Faleceu em Alfenas, na Fazenda da Cachoeira, em 07 de setembro de 1843.

Além da carreira política, os irmãos foram grandes pecuaristas e senhores de terras no sul de Minas Gerais, atividade que sustentou seu poderio econômico e sua influência no Império.

INFORMAÇÕES:

Parte significativa dos dados apresentados neste texto foi extraída do Inventário Post Mortem de Dona Ana Lopes da Silva, resguardado pelo Escritório do IPHAN de São João del-Rei, bem como de registros batismais e matrimoniais de São João del-Rei, Nazareno e Ibituruna, digitalizados e disponibilizados virtualmente através da plataforma “Family Search”.

Mais informações a respeito da vida política do Padre José Custódio Dias podem ser consultadas em:

– Dissertação de Mestrado de Caroline Costa Pimentel Barbosa, intitulada “Um construtor do Estado imperial: a trajetória de José Custódio Dias na Câmara dos Deputados, 1823-1835”, disponível em <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5401>

– Livros de Alfredo Valladão intitulados “O Padre José Custódio: Arauto do Liberalismo no Primeiro Reinado e na Regência” e “Campanha da Princesa (vol. II)”.

11 <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-GW93-F7?lang=pt&i=9>

12 https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9763

13 https://www.asbrap.org.br/artigos/rev6_art16.pdf

30 ANOS DA URNA ELETRÔNICA: REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

Há 30 anos, o Brasil dava um passo importante rumo à modernização e à transparência do processo eleitoral com a criação da urna eletrônica. Utilizada pela primeira vez nas eleições municipais de 1996, a tecnologia surgiu em meio à necessidade de acabar com as desconfiças do antigo sistema de votação em papel, marcado por denúncias de fraudes, de manipulações e de apurações demoradas.

Antes da informatização, as eleições brasileiras eram frequentemente alvo de questionamentos. O chamado voto “a bico de pena”, incertezas quanto a possível uso irregular de votos em branco e outras práticas, comprometiam a confiança da população e a legitimidade da vontade popular. Assim, a Justiça Eleitoral iniciou uma grande mobilização nacional em busca de uma solução capaz de garantir mais segurança e credibilidade ao processo democrático.

O então ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Velloso, relembra que foi necessária uma verdadeira “cruzada” para convencer o país de que seria possível informatizar o voto. Para isso, foram reunidos juristas, cientistas políticos, advogados, especialistas em informática, magistrados e servidores da Justiça Eleitoral. Juntos, eles formaram uma comissão técnica responsável por desenvolver o projeto da urna eletrônica desde o início até a criação do primeiro protótipo.

Durante o desenvolvimento do sistema, empresas estrangeiras chegaram a oferecer equipamentos prontos ao Brasil. No entanto, prevaleceu a ideia de criar uma tecnologia genuinamente nacional. “Vamos fazer uma urna tupiniquim, simples e barata”, afirmou Velloso ao recordar aquele momento histórico. O resultado foi a criação de um equipamento adaptado à realidade brasileira, eficiente e acessível.

A experiência inicial de 1996 foi considerada um sucesso, utilizadas em 57 cidades. Apenas quatro anos depois, nas eleições de 2000, todo o país passou a utilizar exclusivamente urnas eletrônicas.

Foi o primeiro pleito totalmente informatizado da história do Brasil, alcançando desde os grandes centros urbanos até as regiões mais distantes do território nacional.

Desde então, a urna eletrônica tornou-se símbolo da modernização eleitoral brasileira. Em três décadas de funcionamento, o equipamento participou de pelo menos 25 eleições gerais e municipais, considerando os dois turnos, registrando e apurando os votos de milhões de brasileiros com rapidez, segurança e transparência.

Isso totalizará até o final deste ano 16 eleições nacionais realizadas com urnas eletrônicas. Sendo 8 eleições municipais: 1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016, 2020 e 2024, e também 8 eleições gerais: 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022 e 2026.

Nas eleições municipais de 2020, mais de 147 milhões de eleitores votaram em cerca de 400 mil urnas eletrônicas distribuídas pelos 5.567 municípios do país. O número consolidou o Brasil como a nação responsável pela maior eleição totalmente informatizada do mundo.

Ao completar 30 anos, a urna eletrônica permanece como um dos maiores marcos tecnológicos e institucionais da democracia brasileira, resultado de um esforço coletivo que ajudou a fortalecer a confiança do eleitor e garantir que a vontade popular fosse respeitada nas urnas. Além disso, o sistema eletrônico de votação brasileiro é auditável e passa constantemente por processos de atualização e aprimoramento tecnológico, desenvolvidos pela Justiça Eleitoral, com o objetivo de ampliar ainda mais a segurança, a transparência e a confiabilidade das eleições no país.

REFERÊNCIA: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Urna eletrônica 25 anos: lançado em 1996, equipamento é o protagonista da maior eleição informatizada do mundo. Brasília, DF, 2021.



Mary Klay

Por Fabio Antônio Caputo
Membro do IHGST

O Pai, um imigrante são-tiaguense em viagem pela Região do Vale do Rio Doce, no entorno de Governador Valadares, ao passar por uma cidadezinha se deparou com uma propaganda ou cartaz convidando a quem interessar para a realização de um concurso de beleza local. O material de divulgação continha uma lista com o nome das candidatas. Entre eles um se destacava pelo exotismo e pela imprevisibilidade: Mary Klay! O Pai se apaixonou pelo nome e convenceu a si mesmo que sua primeira filha seria assim batizada.

A família e os amigos não levavam a sério aquela pretensão. Esta história é atemporal e assim o nome pretendido poderia fazer uma baita confusão com Mary Kay, uma marca de cosméticos e colônias que entrega para seus supervisores de sucesso carros cor de rosa, ao melhor estilo Penélope Charmosa da Corrida Maluca. Com muita convicção todos marcavam como certo que aquilo era uma doideira momentânea, uma animação excêntrica de futuro pai de primeira viagem. Como uma gripe trivial, passaria em sete dias ou uma semana. Se a coisa era gripe evoluiu para uma pneumonia persistente!

O tempo passou carregando a vida da forma tradicional, como de costume. A Mãe engravidou e deu a luz a uma menininha. Entretanto, os dias pós-parto não foram tranquilos, não foram bons. A criança tinha sérios problemas de saúde e o temor por sua vida

era justificado. Não havia melhoras e o quadro continuava crítico.

De longe, lá de São Tiago, a Avó, no topo de uma montanha de autoridade acumulada durante dezenas de aniversários, e mais umas doses de autoritarismo como é de praxe, mandou recado recomendando que a criança fosse batizada como Terezinha Aparecida. Eufemismo, eufemismo, era ordem. O motivo para tal: intenções religiosas envoltas na devoção a Santa Terezinha e Nossa Senhora de Aparecida. As orações da família, a força da Avó, os clínicos do hospital e as Santas fizeram a menina vingar e no tempo devido ela se recuperou e até hoje desfruta de uma boa vida, em que pese uma séria anemia intermitente, provavelmente algo não diagnosticado, mas relacionado aos seus primeiros dias.

A Mãe ainda teve outras duas filhas batizadas como Patrícia Rosana e Adriana Magda! Uma piada familiar foi feita dizendo que as três meninas foram salvas. A primogênita foi salva clinicamente. As outras duas escaparam de receber nomes autorais e peculiares demais, dito isso com ironia boa vontade. Seus nomes duplos de batismo não são comuns, mas ainda são comportados. Se o Pai batiza com sucesso a primeira filha de Mary Klay pode ser assustador imaginar onde ele poderia chegar, o que poderia imaginar e o que poderia ousar com sua criatividade a solta para nomear as mais novas.

Em recente visita a São Tiago a Mãe e filhas lembraram com muitos risos essa história, enquanto sentiam saudade do Pai, já falecido. Rir e sentir saudade ajuda a jogar um jogo onde “o que foi” enfrenta “o que poderia ter sido”. Até hoje Terezinha não sabe e nem faz ideia de outro perigo maquiavélico que rondou sua cabeça. Existe uma cantora de música brega não muito bonita, leia-se nas entrelinhas como algo muito pior, conhecida como “Mary Klay, a Coroa do Arrocha”!

HOJE NA HISTÓRIA

1926 – Primeira emissão televisiva é feita em Londres – Inventor escocês John Logie Baird

Em 26 de janeiro de 1926, os membros da Royal Institution assistiram à primeira emissão de televisão da história. Tratava-se somente de uma pequena imagem animada de 30 linhas verticais em branco e preto, mas que permitia distinguir claramente a silhueta de um personagem transmitida a partir de um emissor na sala vizinha.

A sessão ocorreu em Londres, no laboratório do inventor, engenheiro e empresário escocês John Logie Baird. Depois de longas pesquisas, ele apresentou pela primeira vez seu invento em outubro de 1924 no magazine Selfridges, na Oxford Street. O resultado, no entanto, foi frustrante.

A televisão de Baird foi o resultado de uma longa cadeia de inovações. Tudo começou em 1875, quando o norte-americano G. R. Carey sugere o emprego do selênio, material cuja resistência elétrica varia em função da iluminação, para a transmissão de imagens à distância.

Alguns anos mais tarde, em 1883, o alemão Paul Nipkow inventa e patenteia um disco giratório capaz de analisar imagens, o “telescópio elétrico”. Baird se inspiraria nesse invento para planejar seu dispositivo. A expressão “televisão” apareceria antes mesmo de sua invenção, durante a Exposição Universal de Paris em 1900.

Em 1923, o pesquisador norte-americano de origem russa Vladimir Zworykin inventa uma câmera eletrônica – o iconoscópio –, origem da televisão eletrônica. Em 18 de novembro de 1929, quando trabalhava para a Westinghouse, apresenta o primeiro receptor de televisão inteiramente eletrônico.

REPRODUÇÃO/ROYAL TELEVISION SOCIETY



Sessão ocorreu em Londres, em 1924, no laboratório do inventor escocês John Logie Baird

Por fim, concorrendo com Baird, o inventor norte-americano Charles Jenkins faz, em junho de 1925, uma demonstração pública de transmissão de imagens animadas de modo similar à base de disco giratório analisador de imagens.

Em julho de 1928, o infatigável John Baird segue para os primeiros ensaios de televisão em cores. As primeiras emissões regulares televisionadas a partir do emissor de Daventry vem um pouco mais tarde, em 30 de setembro de 1929, como parte de uma associação com a BBC.

POPULARIZAÇÃO DA TELEVISÃO

Durante alguns anos, a televisão foi considerada a companheira de poucos, visto que somente famílias ricas podiam comprar o caríssimo objeto. Um exemplo é o Reino Unido, onde apenas 3.000 pessoas possuíam televisões na década de 30.

Em 1934, a empresa alemã Telefunken começou a fabricar os primeiros aparelhos com tubo de raios catódicos. Dois anos depois, as Olimpíadas de Berlim foram transmitidas pela televisão.

A Segunda Guerra Mundial desacelerou a pesquisa e a produção de televisores. Somente ao fim do conflito, ocorreu o barateamento do aparelho e o surgimento de mais canais transmissores.

Assim, praticamente, todas as classes sociais passaram a ter acesso à televisão e hoje em dia, a maioria das casas possui, no mínimo, um televisor.

A TELEVISÃO COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

A televisão tornou-se um eficiente meio de transmissão de informações, com telejornais, mas também de programas de entretenimento, tais quais os programas de auditório, infantis, novelas, dentre outros.

Além de transmitir notícias e entreter o público, a TV veicula um grande volume de peças publicitárias, pois esta é a principal fonte de financiamento da televisão. Contudo, essa intensa propaganda pode levar o espectador ao consumo desenfreado.

Outro problema são os programas sensacionalistas e midiáticos, que nem sempre respeitam a qualidade jornalística ou as pessoas ali retratadas. Isso tudo porque a finalidade maior é obter o lucro e altos índices de audiência.

Vale destacar que a televisão é uma importante formadora da opinião pública, contribuindo para ditar comportamentos, interesses políticos, econômicos, etc. Por esse viés, a televisão além de transmitir informações, transmite ideias e ideais.

HISTÓRIA DA TELEVISÃO NO BRASIL

A história da televisão no Brasil começa na década de 50, quando o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, inaugurou o primeiro canal brasileiro, a TV Tupi (canal 3), em São Paulo.

Chateaubriand havia estado nos Estados Unidos e resolveu usar seu capital e conhecimento adquiridos no rádio e nos jornais para se aventurar pelo mundo da imagem.



O jornalista Assis Chateaubriand fala ao público durante a inauguração da TV Tupi

Como não havia transmissão via satélite, a programação da TV Tupi estava restrita à cidade de São Paulo. No entanto, no ano seguinte, foi inaugurado o canal no Rio de Janeiro.

Da mesma maneira que aconteceu em outros países, o acesso a esse meio de comunicação, inicialmente estava restrito a um número mínimo de pessoas.

Entretanto, com o passar dos anos, a televisão se popularizou de tal forma que atualmente está presente em mais de 90% dos domicílios brasileiros.

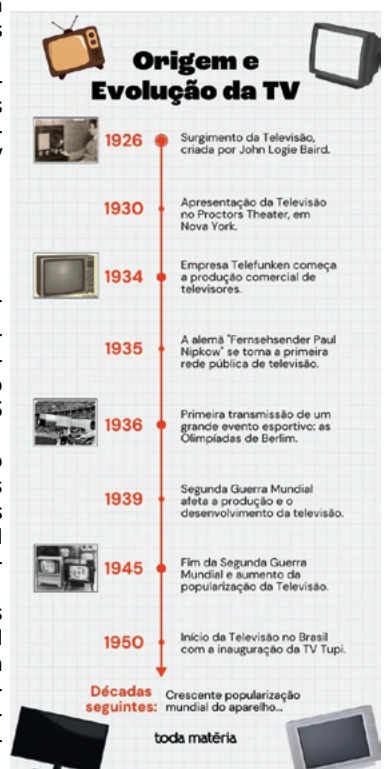
Mais tarde, outros canais brasileiros foram criados dos quais merecem destaque: Globo, Record, Cultura, Bandeirantes, TV Manchete, SBT.

CURIOSIDADES SOBRE A TELEVISÃO

A primeira cadeia de televisão pública do mundo foi a alemã “Fernsehsender Paul Nipkow”, criada durante o governo nazista, e que funcionou de 1935 a 1944.

A final da Copa do Mundo do Brasil, em 2014, foi uma das maiores audiências registradas na história, reunindo cerca de 1 bilhão e 100 milhões de espectadores.

A televisão tem vários dias dedicados a si mesma, como 11 de agosto, dia da padroeira da televisão, Santa Clara; 18 de setembro, dia Nacional da Televisão; e também 21 de novembro, o dia Mundial da Televisão.



DOBRADO TUPINAMBÁS

Em seu laborioso, esmerado e afetivo livro “Efemérides de Conceição da Barra de Minas”, edição da Vertentes Cultural/SICOOB CREDIVERTENTES, 2025, pp. 56/57, o preclaro prof. Antonio Gaio Sobrinho transcreve o seguinte texto, extraído do jornal sanjoanense “Diário do Comércio”, ed. de 15-09-1939:

O DIÁRIO DO COMÉRCIO REPORTA:

De Conceição da Barra – A vizinha e progressista Vila de S. Tiago mandou-nos uma embaixada esportiva composta de elementos da diretoria e dos quadros A e B do Tupinambás daquela localidade, em visita ao Santa Cruz desta Vila, aqui chegando às 10 horas e 30 minutos do dia 10 do corrente mês, sendo recebida por grande massa popular e por todos os membros do Santa Cruz, ao espocar de foguetes e ao som dos harmoniosos acordes do dobrado Tupinambás, composto pelo maestro Mileto J. Ambrósio, regente da banda local, em homenagem ao valoroso clube visitante. Às 11 horas, teve início o banquete que lhe foi oferecido, findo o qual os jogadores de ambos os clubes se uniformizaram e, em seguida, dirigiram-se ao campo, acompanhados pela banda de música e por numerosa assistência. Como preliminar, às 13 horas, os quadros B de ambos os clubes disputaram uma partida amistosa, que terminou num empate de 1 x 1. Dez minutos depois, teve início a 2ª partida disputada com entusiasmo pelos quadros A. Na primeira faze, embora a técnica de ambos os lados tenha sido a mesma, a sorte favoreceu ao clube visitante pela contagem de 1 x 0. A segunda faze foi iniciada com o domínio sensível, embora pouco duradouro do clube visitante, que conseguiu mais um ponto. Daí por diante, o jogo continuou verdadeiramente equilibrado até que o clube local, aos 15 minutos antes de ter-

minar a partida, reagindo, desenvolveu jogo mais produtivo e conseguiu marcar 2 tentos em 5 minutos. Ao sinal do cronometrista, o juiz suspendeu a pugna e o placar já anunciava o escore de 2 x 2. A assistência prorrompeu em delirantes aclamações às garbosas equipes, enquanto a banda executava o dobrado da Santa Cruz. Antes do regresso da embaixada, foi servido um lanche durante o qual usou da palavra pelo clube visitante o Sr. Sansão malta (sic), agradecendo a homenagem que lhe foi prestada pelo maestro Mileto e hospitalidade com que os locais o receberam. Em seguida, usando da palavra, o diretor esportivo do Clube visitado disse ser justa a homenagem prestada pelo maestro e que o Santa Cruz somente se desobrigou da missão que lhe põe o dever de bem receber a embaixada de um povo hospitaleiro e amigo. Às 16 horas dirigiu-se a embaixada para João Pinheiro, onde tomou o trem de regresso a Vila de S. Tiago. Os quadros A estavam assim constituídos. Tupinambás: Gostoso, Benjamim e Nestor; Larinha, Jasminor (cap.) e Vantuil; Guiso, Geraldino, Coruja, Terrinha e Larão. Santa Cruz: Tião, Franciso e Tanalpa (sic)(cap.); Pedro, Edward e Lindolfo, Cazinho, J. Mariquinha, Deco, Pimenta e Beijo. Tentos do Tupinambás de Coruja e Jasminor. Do Santa Cruz: Beijo 2. Juiz da pugna: Aedmar Mendes (Tampinha), do clube visitante, teve uma arbitragem imparcial, satisfazendo a todos (Do correspondente).



Time do Santa Cruz: em 1939 – Zé do Pedrim, Edverd Resende, Luiz Severino, Deco, Cazim, Hamilton Costa, (Diretoria: Zé Leôncio, Miquita, Zé Neto e Flávio), Tiãozinho Cremeiro, Zezinho do Bento, Chico Anastácio, Ataulpa de Oliveira e Pimenta.

O relato, em suma, do cavalheirismo reinante quando da amistosa partida de futebol, quadros A e B, realizada em Conceição da Barra, em data de 10-09-1939 entre o Santa Cruz (anfitrião) e o Tupinambás FC de São Tiago. Ao lado da pitoresca narrativa publicada pelo jornal, chamou-nos a atenção a execução em “harmoniosos acordes” do dobrado “Tupinambás”, peça de autoria do renomado compositor e maestro concepcionense Miletto José Ambrósio. Tempos em que as comunidades da região, embora humildes e esquecidas, contavam com brilhantes compositores, em sua maioria autodidatas, amantes da música genuína, sacra e erudita.

Com a interveniência do também notável músico sr. Mário Ribeiro, nosso popular Deuma e ainda do sr. Vagner Cosme de Souza em Conceição da Barra, foi obtida cópia da partitura aos quais muito agradecemos e por nós reproduzida a seguir:



MILETO JOSÉ AMBRÓSIO

Miletto José Ambrósio nasceu em Conceição da Barra de Minas aos 24-08-1884, falecendo na mesma cidade aos 19-08-1974, aos 90 anos. Além de conceituado regente e compositor, foi copista, arranjador, violinista e educador musical.

Miletto Ambrósio teria adquirido educação musical à época em que estudou no Colégio São Luís, dirigido por Pe. Nicolau Badarioti, tendo como mestre, provavelmente, o maestro Carlos dos Passos Andrade, professor de música no citado educandário. O Colégio São Luís, de memorável importância para toda a região e época, atuou entre os anos de 1889 a 1919 em Conceição da Barra, formando centenas de jovens de nosso meio e ainda de outras localidades do País, à época.

Seu vasto repertório – doado por seu filho João Ambrósio – organizado em pastas, acha-se sob guarda do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, sob a distinta, culta e insigne administração de Pe. Saulo Alves. O conteúdo de sua riquíssima e valiosíssima obra, em sua essência sacro, compõe-se de missas, ladainhas, credos, antífonas, novenas, hinos.

Fontes:

Jéssica Aparecida Severino/ Modesto Chagas Fonseca – “O arquivo de obras musicais do compositor Miletto José Ambrósio: um estudo de caso” UFSJ, 2017 (In “Encontro de Musicologia Histórica do Campo das Vertentes”).

Obras do Prof. Antonio Gaio Sobrinho:

- “Memórias de Conceição da Barra de Minas” 1990
- “Memórias Sentimentais de Conceição da Barra de Minas” 2014
- “Conceição da Barra de Minas: minha terra natal” 2001
- “Efemérides de Conceição da Barra de Minas” 2025.

Sobre a história do futebol em nossa região, ver matéria em nosso boletim nº CCV – out./2024.

Centenário de Milton Santos: o patrono da geografia humana



Por Sebastião Pereira do Nascimento

Milton Almeida dos Santos (1926–2001), conhecido internacionalmente como Milton Santos, foi um reconhecido geógrafo brasileiro, considerado por muitos como o maior pensador da história da geografia humana no Brasil, sendo um dos maiores do mundo. Destacou-se por escrever e abordar temas, como a epistemologia da geografia, globalização, espaço urbano, entre outros temas do pensamento brasileiro.

Como destacam muitos contemporâneos de Milton Santos, ele foi o maior de todos em se tratando da geografia, particularmente geografia urbana. É preciso sempre reviver a obra de Milton, visitar suas reflexões e, diante de seu centenário, seria oportuno que as universidades brasileiras fizessem homenagens a este grande intelectual e pensador das causas sociais brasileiras.

Divulgar a obra de Milton Santos é ressaltar a importância da geografia no campo das ciências sociais, humanas e biológicas, afinal o espaço geográfico é uma construção social e técnica, marcado, nos tempos modernos, pelas problemáticas do meio urbano e da globalização. Isso abrange o homem em interação com o meio em que vive (objetos/natureza), atuando e sofrendo ações no espaço, produzindo um ambiente sociocultural.

Quanto à origem e formação de Milton Santos nasceu em Brotas de Macaúbas (Bahia) no dia 3 de maio de 1926. Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, obteve o doutorado em Geografia pela Université de Strasbourg (França) em 1958. No campo da geografia tornou-se um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve — tendo sido reconhecido nacional e internacionalmente.

Sobre sua produção literária, aqui é praticamente impossível citar todas as obras de Milton Santos, tendo publicado mais de quarenta livros e artigos de muita relevância, apontados como referências na área da geografia e ciências sociais, inclusive com várias obras traduzidas em diversos idiomas (e.g.) *Por uma geografia nova* (1978), *Pobreza urbana* (1978), *O espaço dividido* (1979), *Espaço e método* (1985), *O espaço do cidadão* (1987), *A urbanização brasileira* (1993), *Técnica, espaço, tempo* (1994), *A natureza do espaço* (1996), *Por uma outra globalização* (2000), *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001), além de outros títulos.

Além dos livros, o geógrafo, de forte tendência jornalística, pautado na intensidade e objetividade, escreveu para uma série de jornais, foi correspondente e Diretor da Imprensa Oficial da Bahia (entre 1959–1961). Ocupou alguns cargos importantes, como a chefia da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia e influentes posições na administração pública estadual (1962–1964), além de ter colaborado em comissões técnicas e de estudos regionais.

Milton foi professor de Geografia Humana na Universidade Católica de Salvador entre 1956–1960 e na Universidade Federal da Bahia a partir de 1961. Lecionou a mesma cadeira na USP entre 1983–1994. O intelectual foi Doutor Honoris Causa por diversas instituições nacionais (Universidades Federais da Bahia, de Sergipe, do Ceará, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, entre outras) e internacionais (Universidad de Barcelona, de Buenos Aires, de Tou-

louse, de Montevideo, entre outras).

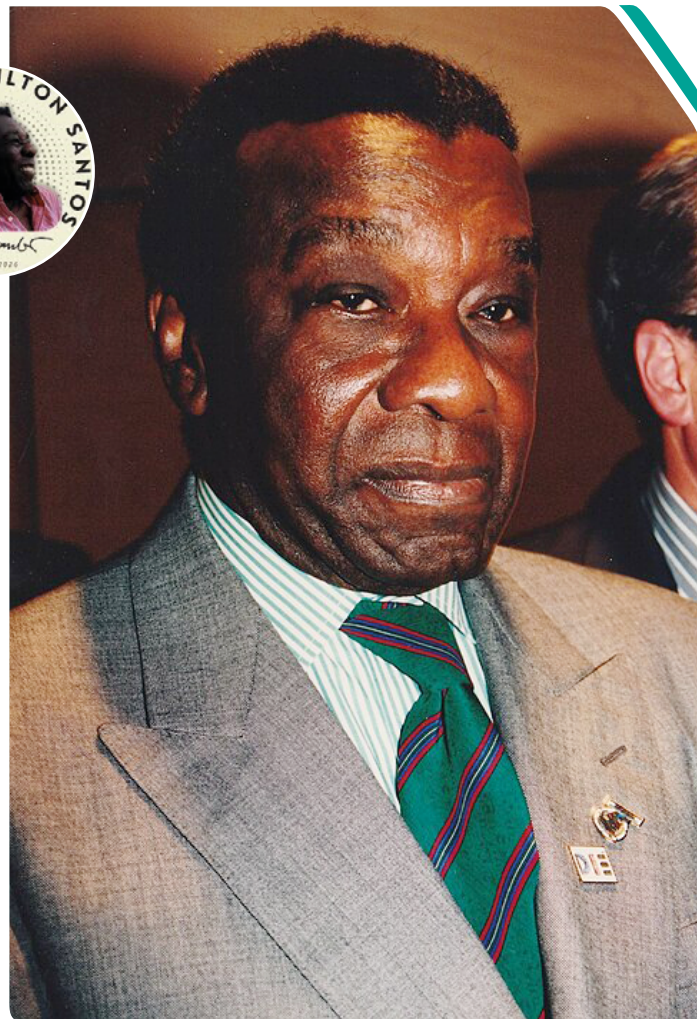
Ainda como professor, lecionou em uma série de importantes instituições brasileiras. Também deu aulas fora do país: na Université de Paris, na Universidade de Toronto, na Universidade Nacional de Ingeniería de Lima, na Universidad Central de Venezuela, na Columbia University e na University of Saïlam (Tanzânia) entre outras instituições.

Como geógrafo e pesquisador conduziu também pesquisas fora do país em grandes centros europeus e estadunidenses. Foi consultor das Nações Unidas, da UNESCO, da OIT e da OEA. Atuou também como consultor nacional para o desenvolvimento urbano além de ter sido ativista nas questões do ensino no país. Prestou consultoria para governos externos, sobretudo em vários países africanos.

Foi primeiro latino-americano a ganhar o Prêmio Vautrin Lud ("Nobel da Geografia"), Milton Santos foi um pioneiro da geografia crítica, denunciando desigualdades socioespaciais e analisando o "espaço dividido" entre circuitos do planejamento e economia urbana.

No contexto político, após o golpe militar de 1964, Milton foi preso e, posteriormente, exilou-se durante treze anos, lecionando em universidades renomadas na França, Canadá, Venezuela, Tanzânia e EUA. Retornou ao Brasil em 1977, quando lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, tornou-se professor titular da Universidade de São Paulo, onde foi nomeado professor emérito.

Milton Santos foi um profissional de grande envergadura em todas as áreas em que se propôs a estudar, com dados e teorias muito expressivos. Sobre a sua compreensão de mundo resume-se na seguinte frase: "O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir." Milton Santos faleceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001, aos 75 anos.



FOLCLORE/CULTURA POPULAR

QUADRILHA É A DANÇA COLETIVA MAIS TRADICIONAL DENTRE AS FESTAS JUNINAS NO BRASIL. OCORRE NOS MESES DE JUNHO E JULHO.

De raízes europeias (francês “quadrille”) chegaria ao nosso País no séc. XIX trazida pela Corte Portuguesa, aqui caindo no gosto popular, incluindo ritmos como forró, baião, xote e elementos rurais. Inicialmente uma dança de salão formada por quatro ou oito pares organizados em formação quadrada. Aqui acolheria a influência de ritmos indígenas, africanos, nordestinos, adquirindo roteiros e encenações típicas

do meio rural (casamento do Jeca etc.).

Entre nós, os participantes trajam vestes caipiras estilizadas. Damas com vestidos rodados, com babados, fitas, chapéus de palha decorados, tranças no cabelo, maquiagem com sardas. Os cavaleiros com camisa xadrez, calças com remendos, chapéus de palha, lenços no pescoço, botas ou botinas.

PASSOS E COMANDOS MAIS UTILIZADOS NA DANÇA DA QUADRILHA

BALANCÊ (balancer) – Balançar o corpo no ritmo da música, marcando o passo, sem sair do lugar.

É usado como um grito de incentivo e é repetido quase todas as vezes que termina um passo. Quando um comando é dado só para os cavaleiros, as damas permanecem no BALANCÊ. E vice-versa,

ANAVAN (en avant) – Avante, caminhar balançando os braços.

RETURNÊ (returner) – Voltar aos seus lugares.

TUR (tour) – Dar uma volta: Com a mão direita, o cavaleiro abraça a cintura da dama. Ela coloca o braço esquerdo no ombro dele e dão um giro completo para a direita.

A dança tem os seguintes Passos:

1. Forma-se uma fileira de damas e outra de cavaleiros. Uma diante da outra e separadas por uma distância de 2,5m. Cada cavaleiro fica exatamente em frente à sua dama. Começa a música. BALANCÊ é o primeiro comando.

2. CUMPRIMENTO ÀS DAMAS OU “CAVALHEIROS CUMPRIMENTAR DAMAS”

Os cavaleiros, balançando o corpo, caminham até as damas e cada um cumprimenta a sua parceira, com mesura, quase se ajoelhando em frente a ela.

3. CUMPRIMENTO AOS CAVALHEIROS OU “DAMAS CUMPRIMENTAR CAVALHEIROS”

As damas, balançando o corpo, caminham até os cavaleiros e cada uma cumprimenta o seu parceiro, com mesura, levantando levemente a barra da saia.

4. DAMAS E CAVALHEIROS TROCAR DE LADO

Os cavaleiros dirigem-se para o centro. As damas fazem o mesmo. Com os braços levantados, giram pela direita e dirigem-se ao lado oposto. Os cavaleiros vão para o lugar antes ocupado pelas damas. E vice-versa.

5. PRIMEIRAS MARCAS AO CENTRO

Antes do início da quadrilha, os pares são marcados pelo no. 1 ou 2. Ao comando “Primeiras marcas ao centro”, apenas os pares vão ao centro, cumprimentam-se, voltam, e os outros fazem o passo no lugar. Estando no centro, ao ouvir o marcador pedir balanceio ou giro, executar com o par da fileira oposta. Ouvindo “aos seus lugares”, os pares de no. 1 voltam à posição anterior. Ao comando de “Segundas marcas ao centro”, os pares de no. 2 fazem o mesmo.

6. GRANDE PASSEIO

As filas giram pela direita, se emendam em um grande círculo. Cada cavaleiro dá a mão direita à sua parceira. Os casais passeiam em um grande círculo, balançando os braços soltos para baixo, no ritmo da música.

7. TROCAR DE DAMA

Cavaleiros à frente, ao lado da dama seguinte. O comando é repetido até que cada cavaleiro tenha passado por todas as damas e retornado para a sua parceira.

8. TROCAR DE CAVALHEIRO

O mesmo procedimento. Cada dama vai passar por todos os cavaleiros até ficar ao lado do seu parceiro.

9. O TÚNEL

Os casais, de mãos dadas, vão andando em fila. Pára o casal da frente, levanta os braços, voltados para dentro, formando um arco. O segundo casal passa por baixo e levanta os braços em arco. O terceiro casal passa pelos dois e faz o mesmo. O procedimento se repete até que todos tenham passado pela ponte.

10. ANAVAN TUR

A dama e o cavaleiro dançam como no TUR. Após uma volta, a dama passa a dançar com o cavaleiro da frente. O comando é repetido até que cada dama tenha dançado com todos os cavaleiros e alcançado o seu parceiro.

11. CAMINHO DA ROÇA

Damas e cavaleiros formam uma só fila. Cada dama à frente do seu parceiro. Seguem na caminhada, braços livres, balançando. Fazem o BALANCÊ, andando sempre para a direita.

12. OLHA A COBRA

Damas e cavaleiros, que estavam andando para a direita, voltam-se e caminham em sentido contrário, evitando o perigo. A fileira deve ir deslizando como uma cobra pelo chão.

13. É MENTIRA

Damas e cavaleiros voltam a caminhar para a direita. Já passou o perigo. Era alarme falso.

14. CARACOL

Damas e cavaleiros estão em uma única fileira. Ao ouvir o comando, o primeiro da fila começa a enrolar a fileira, como um caracol.

15. DESVIAR

É a palavra-chave para que o guia procure executar o caracol, ao contrário, até todos estarem em linha reta.

16. A GRANDE RODA

A fila é única agora, saindo do caracol. Forma-se uma roda que se movimenta, sempre de mãos dadas, à direita e à esquerda como for pedido. Neste passo, temos evoluções. Ouvindo “Duas rodas, damas para o centro; as mulheres vão ao centro, dão as mãos. Na marcação “Duas rodas, cavaleiros para dentro, acontece o inverso. As rodas obedecem ao comando, movimentando para a direita ou para esquerda. Se o pedido for “Damas à esquerda e “Cavaleiros à direita” ou vice-versa, uma roda se desloca em sentido contrário à outra, seguindo o comando.

17. COROAR DAMAS

Volta-se à formação inicial das duas rodas, ficando as damas ao centro. Os cavaleiros, de mãos dadas, erguem os braços sobre as cabeças das damas. Abaixam os braços, então, de mãos dadas, enlaçando as damas pela cintura. Nesta posição, se deslocam para o lado que o marcador pedir.

18. COROAR CAVALHEIROS

Os cavaleiros erguem os braços e, ao abaixar, soltam as mãos. Pas-sam a manter os braços balançando, junto ao corpo. São as damas agora que erguem os braços, de mãos dadas, sobre a cabeça dos cavaleiros. Abaixam os braços, com as mãos dadas, enlaçando os cavaleiros pela cintura. Se deslocam para o lado que o marcador pedir.

19. DUAS RODAS

As damas levantam os braços, abaixando em seguida. Continuam de mãos dadas, sem enlaçar os cavaleiros, mantendo a roda. A roda dos cavaleiros é também mantida. São novamente duas rodas, movimentando no mesmo sentido ou não, segundo o comando. Até a contra-ordem!

20. REFORMAR A GRANDE RODA

Os cavaleiros caminham de costas, se colocando entre as damas. Todos se dão as mãos. A roda gira para a direita ou para a esquerda, segundo o comando.

21. DESPEDIDA

De um ponto escolhido da roda os pares se formam novamente. Em fila, saem no GALOPE, acenando para o público. A quadrilha está terminada. Nas Festas Juninas Mineiras, Paranaenses e Paulistas, após o encerramento da quadrilha, os músicos continuam tocando e o espaço é liberado para os casais que queiram dançar.

Fonte: <http://www.infoescola.com/musica/danca-de-quadrilha/>

ALGUMAS INFORMAÇÕES E ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO ESTADO DE MINAS GERAIS E MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO

“Quanto mais acessível a educação se tornar a todos os homens, tanto mais raros se tornarão os crimes na sociedade”
(Bonnin)

INTRODUÇÃO – Há, hoje, uma tendência na abordagem investigativa da História em termos regionais, com a possibilidade de socialização do conhecimento e de um recorte voltado mais para a visibilidade e identidade local, porquanto temas não tratados na história nacional ou macro, geralmente hegemônica, centralista, manipulada, elitista. Assim, a História da Educação, sob novo prisma ou enfoque, acha-se direcionada ao “locus” de investigação e à recuperação das experiências educacionais, às suas fontes primárias, muitas delas já perdidas. A partir da realidade local estudada, de seu reconhecimento, ainda que unida-de de análise, cria-se uma mobilidade social e um consubstanciamento orgânico, genuíno.

A redução da análise (microanálise) de fatos e fontes históricas permite, pois, sua melhor visualização, recorrência, compreensão, quem sabe palpabilidade, credibilidade. Trata-se de uma visão apropriada pelo meio, por agentes próximos, de comprovada vivência, tangência, com embasamento na oralidade, ou seja, a construção e reconstrução do passado na memória. Agregando-se/recheando-se narrativas orais, evidencia-se a memória coletiva, cujos conteúdos facultam a reconstrução histórica, complementada por eventual documentação.

A História da Educação é, hoje, um campo autônomo de estudos e pesquisas, ocupando-se do fenômeno educativo, nos mais diferentes aspectos: temporal, espacial, sujeitos/agentes (professores, gestores, estudantes), instituições (família, igrejas, associações, Estado). O momento de vida dos sujeitos (infância, juventude, maturidade, velhice), as formas educativas (doméstica, confessional, escolar), dentre tantos outros caminhos e possibilidades. A Educação, ao longo dos tempos, cumpre esclarecer, esteve vinculada à religião, à filosofia, e em intrínsecos diálogos com antropologia, sociologia, geografia, economia etc.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação brasileira tem suas raízes nos movimentos humanista e renascentista, na Contra-Reforma, no trabalho dos jesuítas¹, passando pelas reformas pombalinas, atingindo o Império e República – e de modo geral, sempre renegada a plano secundário, praticamente ignorada pelo Poder e elites nele encasteladas. Mesmo o ensino em tempos idos, ministrado ou sob a supervisão de religiosos era obscurantista. Uma educação repressora, quicá pernicioso, que tolhia a vivacidade do aluno, impingindo-lhe uma disciplina austera, uma metodologia inibidora do pensamento crítico ou investigativo. O Estado brasileiro, em todas as épocas e regimes, sempre se pautou pela omissão quanto a políticas educacionais, priorizando – quando realizou alguma coisa – o ensino superior, com o mais crasso desprezo para com a educação pública de base.

A educação patrocinada pelo Estado, incluindo as chamadas Aulas Régias, sempre foi de qualidade sofrível, malgrado isolados esforços de educadores religiosos e leigos em iniciativas paralelas. Ainda assim, colégios católicos e algumas instituições laicas, mormente em Minas Gerais, nos sécs. XIX e XX, adquiriram considerável respeitabilidade e notabilidade



pelo culto das ciências e humanidades, cujos alunos se destacariam nas mais diversas áreas do conhecimento, da política e religião.

Enquanto a Europa do séc. XVI se inundava do pensamento crítico, analítico, racional, no Brasil – ante a colonização portuguesa e atuação jesuítica – nos afundamos, em termos educacionais, no anacronismo, no inveterado, eivado de teses medievalistas, absorvidas da Contra Reforma, enfim o exercício de pensamento dogmático, absolutista, avesso à ciência, à arte e às atividades técnicas. A preocupação do colonizador era meramente extrativista, predatória, arrecadatária, a arrancar da terra toda sorte de bens e tornar servís os nativos (indígenas), posteriormente africanos, seja pelo emprego de mão de obra escrava, pelo arrocho fiscal-tributário, enquanto os jesuítas tinham a preocupação de cuidar e “salvar” almas.

A educação era restrita aos senhores de engenhos e núcleo familiar (leia-se varões), ainda assim de forma limitada e de natureza livresca, intelectualista, com finalidades sociais e religiosas (graduação de advogados e sacerdotes). Uma educação dir-se-ia marginal, alienada, estereotipada, porquanto desvinculada da realidade nativa e da vida prática, num meio onde preponderavam o trabalho escravo e técnicas primitivas ou rudimentares de produção. As elites coloniais e sequencialmente as imperiais² ocupavam/controlavam os cargos políticos e administrativos, em todos os níveis, utilizando-se, para tal, de estratégias como alianças familiares e matrimoniais, endogâmicas e exogâmicas, de forma a manter o prestígio social, sempre em detrimento do restante da sociedade. O que pouco mudaria ao longo da República e persiste até os dias atuais.

FAMÍLIA REAL – A vinda da família Real (1808) provocaria uma ruptura com a situação anterior. D. João VI abriu Academias Militares e Escolas³. Artistas franceses, a partir de 1816, chegaram ao Brasil, dentre eles Lebreton, Debret, Montigny, Taunay, influen-



ciando a criação da Escola Nacional de Belas Artes. Ainda assim, a educação continuou a ter importância secundária, amorfa, persistindo por todo o Império.

Com a chegada da família real e a abertura dos portos, houve uma ampliação da influência europeia, em especial a francesa, seja na política, na moda (vestuário), nos eventos sociais e festividades, nos modos de pensar e de viver de nosso povo. No dizer do pesquisador Luiz Felipe de Alencastro “um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados”

IMPÉRIO – A Constituição de 1824 manteve o princípio da irrestrita liberdade de ensino, assegurando a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. A primeira lei sobre o ensino elementar, sancionada em 15/10/1827 – e que vigoraria até 1946, pasmemo-nos todos! – determinava a criação de “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares” (art. 1º) e “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas” (art. XI). Um fracasso, obviamente por causas políticas, econômicas, téc-



nicas, estratégicas. Tudo balelas, como já sabemos, em se tratando do Poder Público!...

O Ato Adicional de 1834 delegou às províncias o ensino elementar, secundário e a formação de professores, ficando o ensino superior a cargo do Poder Central. Por esse tempo e para tal, foram criados o Colégio Imperial D. Pedro II (1837) e os primeiros liceus provinciais. O Colégio D. Pedro II era o único autorizado a realizar exames para o nível de bacharel (condição exigida para se ter acesso a cursos superiores). O Brasil, ao contrário dos demais países do mundo, todos receptivos ao ensino laico, sempre teve tendência para escolas religiosas, tanto católicas, quanto evangélicas (estas surgiram já no final do séc. XIX, como o Colégio Gammon em Lavras, de magno interesse regional). Ao que se sabe, o primeiro colégio de iniciativa inteiramente leiga no Brasil foi o "Culto à Ciência", em Campinas, fundado e mantido por maçons. Já a primeira escola de formação de professores surgiu em Niterói (1835).

PRIMEIRA REPÚBLICA – As mudanças sofridas pela educação durante a 1ª República tinham como objetivo, em especial, a unificação curricular em todo o País, a nível secundário. Pecariam todas – e tais mudanças – pelo autoritarismo, centralismo, formalização. Uma delas, a reforma "Ridavávia Correa" (foi ele ministro entre 1911-1915) buscou afastar a responsabilidade da União pelo ensino. Criou o conceito de "grupo escolar", com a implantação do "ensino seriado", ou seja, classes de alunos distribuídas por séries, não mais por idade). Entre 1920 e 1930, surgiria a "Escola Nova" uma linha liberal para a educação, cujos principais nomes foram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho⁴.

A implantação e institucionalização dos "grupos escolares", a iniciar-se pelo Estado de São Paulo – dentro do projeto republicano de modernização educacional do País – tinha vários objetivos: I – aglutinar, em um só prédio, várias salas de aula, mediante a reunião das chamadas "escolas isoladas" ou "cadeiras isoladas"; II – organizar o ensino de forma seriada, agrupando os alunos em classes por nível de conhecimento, não por faixa etária, racionalizando-se ainda os conteúdos curriculares e sua distribuição ordenada de tempo (ex. hora-aula de 50 minutos); III – hierarquizar a divisão profissional do trabalho escolar (diretoria, corpo docente, serviços auxiliares como cantina, portaria etc.)⁵

ERA VARGAS – As reformas mais modernas apareceriam, a partir de 1930, ano em que, pelo Decreto nº 19 402, de 14/11/1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O Decreto nº 19.850, de 11/04/1931 estruturou o Conselho Nacional de Educação. O Ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, criando os exames de maturidade⁶. Já a Constituição de 1934, de efêmera duração (Getúlio Vargas implantaria, em 1937, uma ditadura totalitária, caudilhesca, denominada "Estado Novo") propugnava a criação do Plano Nacional de Educação, traçando-se, pela primeira vez, as linhas mestras de uma política educacional brasileira. Eram tempos de emergência urbano-industrial, de inquietações sociais, exigindo uma nova pedagogia e métodos que valorizassem a motricidade, percepção, estimulação, o desenvolvimento psicológico da criança. Faculdades foram agregadas em universidades, dentre elas a Universidade de São Paulo-USP.

Novas leis reformistas surgiram em 1942, na gestão do Min. Gustavo Capanema, como a Lei Orgânica do Ensino Industrial com a criação do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Lei Orgânica do Ensino Secundário, dividido em três modalidades: clássico, científico e normal. O ensino técnico, por sua vez, abrangeria o técnico industrial, o técnico comercial e o técnico agrícola; Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943); Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal; Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

PÓS-ESTADO NOVO – 1945/1964 – No período de 1945 (fim da ditadura Vargas) até 1964 com a vigência do regime militar, registram-se iniciativas – definidas pela Constituição de 1946 – como a gratuidade do ensino primário e ainda a sequência dos estudos para os desprovidos de recursos. Em 1948, surgiram os primeiros debates sobre uma Lei de Diretrizes e Bases-LDB, somente aprovada em 1961 (Lei nº 4024), isto após intensa atuação de educadores e religiosos. Esta lei viria a ser bastante modificada, senão descaracterizada pelos militares (Relatório Meira Mattos), em sua fobia autoritária, repressora. Ao regime militar, coube iniciativas como a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAAL (1967); a reforma dos ensinos fundamental e médio (Lei nº 5692/71) com a integração do primário e ginásio – que passou a ser ensino fundamental ou 1º grau. Disciplinas

como filosofia no 2º Grau foram extintas; outras criadas como Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica etc. História e Geografia foram geminadas, sob a denominação de "Estudos Sociais". A tradicional Escola Normal igualmente seria extinta. Entidades representativas estudantis, como a UNE, foram suprimidas e seus integrantes duramente perseguidos.

PÓS 1988 – A retomada democrática, via Constituição de 1988, concederia o prazo de 10 anos para a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. Algo risível, burlesco, em se tratando de nossos legisladores e principalmente administradores públicos. Em 1996, surgiu a nova Lei de Diretrizes e Bases-LDB no intuito de regulamentar a política educacional brasileira. A Lei nº 9311/95 criou o Conselho Nacional de Educação, em substituição ao Conselho Federal de Educação (este surgira com a LDB de 1961 e fora extinto em 1994). Em 1990, foi organizado o Sistema de Avaliação do Ensino Básico-SAEB. Em 1996 (Lei nº 9294) foi organizado o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEF (hoje FUNDEB) e ainda a obrigatoriedade de Estados e Municípios aplicarem percentuais mínimos de suas receitas em educação, sendo que, pelo menos 60%, para pagamento de pessoal do magistério.

NOTAS

(1) *A educação brasileira acha-se ligada, umbilical e indissolúvelmente, à história da Companhia de Jesus. Os esforços educacionais dos missionários jesuítas foram inicialmente dirigidos aos índios, na forma de catequese (difusão da crença cristã entre os nativos). Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, chefiados pelo Pe. Manoel das Nóbrega. Seriam eles expulsos do Brasil em 1759, quando das "Reformas Pombalinas". O ensino passaria, então, a ser laico e público, através das "Aulas Régias", em especial a partir de 1772, ano de oficialização do ensino público, cujo currículo, curiosamente, incluía o Ensino Religioso.*

(2) *Em 300 anos do período colonial, pouco se evoluiu em termos educacionais. População formada por nativos, numerosa mão de obra africana escrava, todos excluídos de qualquer direito ou acesso à educação, o que se estendia a quase todas as mulheres brancas. Poucos brancos, geralmente de famílias ricas, estudavam – geralmente em seminários ou iam para a Europa. Os únicos e poucos alunos locais eram pardos ou mestiços, o que gerou a célebre "Questão dos Moços Pardos" – os colégios de jesuítas recusavam-se a acolher os mestiços, tendo que ceder em vista dos subsídios de "escolas públicas" por eles recebidos.*

(3) *D. João VI criou a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810); Escolas de Medicina, a partir de 1808, na Bahia e Rio de Janeiro; Museu Real (1808); Jardim Botânico (1810) e sua iniciativa mais marcante, a Imprensa Régia (1808).*

(4) *Várias propostas educacionais foram abordadas pelo regime republicano, buscando uma educação pública, laica e universal. Assim as Reformas Carlos Maximiliano (1915), Luiz Alves/Rocha Vaz (1925) e outras. Todas fracassaram e por vários motivos. Encontrariam forte resistência por parte da oligarquia cafeeira (cujo poder só declinaria com a crise de 1929), avessa a qualquer política educacional pública e ainda da Igreja Católica, que considerava ateu o regime republicano, de linha positivista. População, ademais, pobre, analfabeta, interiorana. O desinteresse familiar pela educação, o despreparo dos professores, falta de escolas, a prioridade do trabalho infantil, utilizado à larga pelas famílias. A década de 1920 assistiria o declínio das oligarquias com a crise agrária, apelo e impulso à industrialização, o fortalecimento e o avanço da burguesia industrial e de nova classe média (profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, militares) além de grave inquietação social e contestação política (Tenentismo/Coluna Prestes, Revolta do Forte de Copacabana, estado de sítio, culminando com a revolução de 1930). Por outro lado, um clima de entusiasmo educacional, com as ideias da Escola Nova, ante um Estado, que fora sempre superficial, quando não contraditório, no trato com os problemas sociais e educacionais, inexistindo, secularmente, real vontade pública para um projeto/sistema de educação comum e universalizada.*

(5) *Para Rui Barbosa, a educação escolarizada seria o principal fator de reconstituição e promoção nacional, com o preparo do cidadão para o exercício da cidadania e sua efetiva participação na vida social e política do País. A educação como promotora de mudanças sociais, econômicas e históricas e condição sine qua non para o pleno desenvolvimento nacional.*

(6) *A palavra "madureza", do latim "maturationem", indica maturidade, sazonalidade, amadurecimento (dos frutos), prudência, pleno desenvolvimento de nossas faculdades. Segundo outros estudiosos, vem, remotamente, do hebraico "bagrut"*

O ENSINO EM MINAS GERAIS

Nos primeiros tempos de povoamento da região das Minas, o ensino era ministrado nas próprias casas ou capelas¹. A educação sistematizada, a escola como referência social e cultural levariam séculos para se fixar, em especial ante a inexistência, inicialmente, de famílias constituídas. Poucos mineiros aparecem matriculados nas universidades portuguesas até meados do séc. XVIII. A educação, neste período, era livresca, classicista, acadêmica e somente após as “Reformas Pombalinas” é que surgiram estudos de caráter científico e utilitário. Sabe-se que, por volta de 1735, já existiam algumas escolas de nível elementar e os primeiros livros pedagógicos, oriundos do Reino, chegavam a Província. O Seminário de Mariana instala estabelecimento escolar semipúblico, a cargo de religiosos. As famílias abastadas, por sua vez, enviavam seus filhos a seminários e a Coimbra, com o fim de se ilustrarem, e ainda como “estímulos de honra”, o que, na linguagem da época, significava afastá-los dos costumes dos negros, pardos e gentios. De qualquer forma, as poucas iniciativas – escolas primárias – eram mantidas por particulares ou clérigos (padres mestres).

No reinado de D. José I, expulsos os jesuítas, a Coroa assume os encargos da educação². Por lei de 06/11/1772, é criado o sistema de “Aulas Régias”, sob regência de mestres régios, “homens de abonada conduta moral e católica, de costumes exemplares, de reconhecida ciência e erudição”, com o objetivo de “instruir a mocidade nos princípios necessários das letras”. Para pagamento dos “mestres régios”, a Coroa instituiu um curioso tributo, denominado “subsídio literário”, a ser cobrado por cada Câmara e recolhido a partir de 01/01/1774, oriundo da(s) seguinte(s) fontes: 225 réis por cada réis abatida e 80 réis por cada barril de aguardente, vinho e vinagre, não iria funcionar. A soneração, a falta de mestres, de manuais, de livros, os irrisórios salários pagos aos docentes, o desinteresse das autoridades coloniais levariam ao malogro, fazendo com que as famílias arcassem com os custos do ensino. Ou seja, o ensino, na prática, se tornara privado ou semipúblico.³ Muitas crianças, em geral mulheres, aprendiam com as mães as primeiras letras, a fazer contas etc. Os mestres tornaram-se, por outro lado, sinônimos de violência, mantendo uma postura desequilibrada, medievalesca, impingindo aos alunos vexamosos castigos corporais, o uso de palmatórias, varas de marmelo, espancamentos etc.⁴ Ante a falta de mestres-escola e preceptores, muitos mineiros tornaram-se autodidatas, extraindo conhecimento teórico de livros e assim se embasando intelectualmente e vindo a prestar inestimáveis serviços à sociedade. Poucas localidades tinham, mesmo até meados do séc. XIX, escolas de primeiras letras.⁵ Em algumas vilas (Mariana, Sabará, Pitangui, S. João Del-Rei, Paracatu etc.) havia as cadeiras de gramática latina, retórica.

Lamentavelmente, o ensino escolar mineiro, salvo exceções, sob a orientação ou influência religiosa, baseou-se na imitação, repetição, subserviência, quando não discricionário, o que muito contribuiu para a manutenção da ordem patriarcal e estamental a serviço da Coroa Portuguesa e depois das elites imperial e republicana. Havia, destarte, uma visão de que aos negros, pardos, mestiços, havia cabia apenas trabalhar, não se justificando gastos com a instrução. Nas palavras do governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida os boçais, se aculturados, poderiam chegar, no máximo, a ladinos⁶. Atribui-se ainda a D. Lourenço – uma das autoridades mais omissas, quando não refratárias à educa-

ção em nossa província – a afirmação de que “aos filhos de negros não lhes aproveita as luzes”.

No século XX, no estertor da 1ª República, surgiram mudanças, talvez das mais expressivas no séc. XX. Sob a gestão do secretário de Interior Francisco Campos, durante o governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (mandato 1926/1930), buscou-se promover uma reforma educacional liberal (Escola Nova) em nosso Estado, a nível do ensino primário, técnico-profissional e normal. Para tal, foram editadas a Lei nº 956 de 07/09/1927 e o Decreto nº 7970, de 15/10/1927. Dentre as iniciativas estavam: extensão do ensino primário e médio com a construção de novos prédios escolares; aquisição de modernos aparelhos pedagógicos; a fundação da Universidade de Minas Gerais.

NOTAS

(1) A região do Campo dos Cataguás, que, a grosso modo, formaria Minas Gerais, foi, desde os primórdios, território de aventureiros, desbravadores, bandeirantes, réprobos, em busca de riquezas, levando-se, pois, tempos para a fixação humana e consolidação de valores urbanos, civilizatórios. Eram pessoas de baixo nível social, vivendo em condições adventícias, quase nômades. As povoações iniciais se formariam acanhadamente, no entorno das minas, de acampamentos de bandeirantes, ao redor de tocas capelas, da vendinha de algum emboaba, a que se agregavam casebres e choupos de moradores. Assim a origem da quase totalidade dos burgos mineiros.

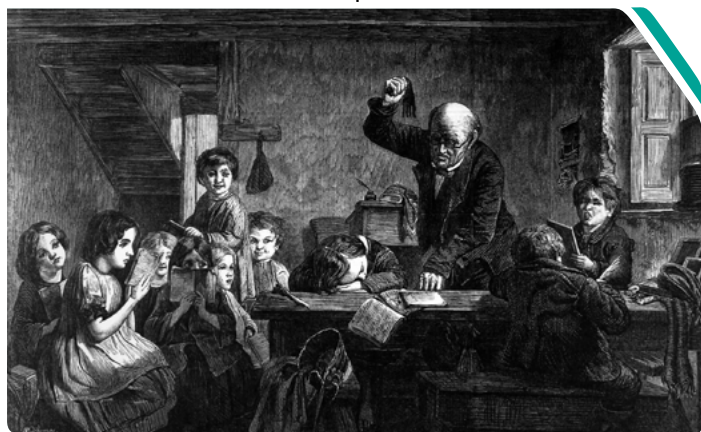
(2) O conservadorismo dos jesuítas (mantinham eles o monopólio da educação desde o reinado de D. João III) passou a ser visto como fator do empobrecimento econômico e cultural. Em 1759, o Marquês de Pombal decreta o banimento da Ordem em todo o Reino, inclusive no Brasil, onde os jesuítas tanto contribuíram para a colonização do imenso território. Dezenas de missões, colégios, escolas de ler, escrever e contar, mantidos pela Companhia de Jesus, são fechadas. O ensino passa, pela primeira vez, ao controle do Estado, através da ministração das aulas-régias nas principais vilas e cidades (conteúdos de grego, latim, retórica, filosofia). Ressalte-se que, mesmo antes das “Reformas Pombalinas” existiram escolas ou ensino ministrados em algumas povoações por abnegados padres mestres e mesmo em fazendas, o que, aliás, foi reconhecido e validado pela própria Reforma Pombalina (alvará de 07/11/1772). O ensino nas fazendas e vilas permitiria, decerto, que jovens ali instruídos ou preparados pudessem estudar em seminários da Província e ainda em Coimbra ou mesmo em outras universidades europeias.

As medidas de Pombal piorariam o ensino. A ministração de aulas régias passaria, na prática, a ser ministradas por ex-seminaristas, padres capelães, ex-alunos de jesuítas e sempre com viés autoritário religioso e moralista. Muitos mestres eram desprovidos de tino pedagógico, com rudimentar conhecimento das matérias por ele ensinadas, produzindo-se um ensino deficiente, quando não estéril. Os fins do ensino eram, em si, inócuos, obscuros, pois a Colônia não dispunha de bibliotecas, imprensa, a proibição de acesso a livros, gerando um povo virtualmente analfabeto, despolitizado, desvinculado do saber, vassalo.

(3) Autores ressaltam que a fragilidade e o fracasso da educação oficial (Colônia e Império) se deveram, ademais, à falta de docentes idôneos e aptos a ensinar; à carência ou infrequência de alunos, geralmente oriundos de extratos sociais inferiores (filhos de escravos, crioulos). Minas, por outro lado, foi a Capitania mais perseguida, a que mais sofreu a mão prepotente da Coroa, em termos não só fiscais, mas igualmente educacionais e culturais. Assim, a manifesta indiferença e discriminação do Governador D. Lourenço de Almeida na implantação de escolas, por ordem de D. João III. Governadores provinciais que construíram dezenas de cadeias, mas nenhuma escola! A proibição para que os jesuítas, essencialmente educadores, se estabelecessem em Minas (Carta régia de 19/07/1771), só se permitindo missionários mendicantes, como os franciscanos, que, à época, realizavam campanhas de arrecadação para a Terra Santa.

Um aspecto a ser observado, no curso desse tempo, é a atuação da família, geralmente a de cunho patriarcal, quanto ao ensino religioso e sua transmissão de valores e comportamentos aos filhos, no âmbito doméstico, função que cabia, primordialmente, às mães ou mulheres da casa. Assim, a educação religiosa tinha valoração e elevada importância familiar, muitas vezes sobrepondo-se à da Igreja, associada com problemas terrenos... Assunto tratado por João Fagundes Hauck in “A Igreja na emancipação” (1808-1840), Ed. Vozes, 1992.

A escolarização, em nosso contexto, ocorria, na verdade, de forma doméstica ou participativa, seja por iniciativa de um dos pais – geralmente, um fazendeiro – que cedia espaço e assumia os custos do professor ou ainda um grupo de pais que contratavam coletivamente um mestre-escola. Era um sistema, por vezes de reduzida eficiência, com metodologia individual e ultrapassada. Em todos



os estágios e processos, o Estado sempre se fez ausente e somente formalizado, já na era getulista, quando a Constituição de 1934, delegou aos Estados a assunção do ensino primário.

(4) Nossos mestres-escola, em sua maioria, seguiam a metodologia medieval da violência como técnica de aprendizado. Um antigo ditado dizia: “com sangue a letra entra”.

(5) “Na medida em que havia poucas aulas régias e em que as disciplinas, via de regra, não eram oferecidas em todas as vilas e cidades, os interessados em instruir-se tinham que se deslocar por vários locais (...) Os pais, desejosos de garantir a instrução dos filhos, tiveram eles próprios que o fazer, ou que se socorrer nos préstimos de parentes e capelães ou ainda contratar mestres para lhes ensinar, em especial as primeiras letras. (Luiz Carlos Villalta, apud Laura de Mello e Souza – “História da vida privada no Brasil” S. Paulo, Ed. Schwaraz, 1997, pág. 357).

(6) Boçal – Dizia-se do escravo negro, recém chegado da África, desconhecedor da língua, ou seja, ainda não ladino

Ladino – Dizia-se do índio ou escravo que já sabia falar o português, tinha alguma instrução religiosa e realizava serviços habituais nas casas e fazendas

EDUCAÇÃO EM NOSSO MEIO

Achamo-nos inseridos na região Campos das Vertentes, sendo São João Del Rei a cidade com maior influência econômico-cultural, em torno da qual orbitaram dezenas de comunidades circunvizinhas, todas sob a jurisdição da antiga Comarca do Rio das Mortes. Para o bem ou para o mal, herdamos da histórica cidade muitas referências ou valores, dentre tantos a rica memória artístico-cultural, mas igualmente a estagnação, o imobilismo em termos econômicos, o conservadorismo, o corporativismo político.

No tocante a estudos históricos sobre a educação em São Tiago, há que se recorrer ou se embasar principalmente na oralidade. Não há, até o momento, maiores ou mais consubstanciados elementos – bibliográficos e/ou documentais – ou pesquisas específicas pertinentes, pois trata-se de comunidade desprovida, no passado, de jornais de circulação local, de memorialistas e bibliotecas (as primeiras aparecem na década de 1930). Ao que se sabe, o 1º jornal local foi “A Sentinela” na década de 1950, sob responsabilidade do sr. Walter de Oliveira.

Autores estrangeiros que passaram pela região, no passado, relatam suas impressões sobre a formação e o comportamento de moradores:

“Já se disse que a civilização do Rio das Mortes era inferior à das Comarcas de Sabará e Serro Frio” (Auguste de Saint Hilaire – Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil” B. Horizonte, Ed. Itatiaia/USP, 1974, pág. 112).

“A cortesia é rara na comarca do Rio das Mortes”, tendo Saint Hilaire encontrado, porém, um mineiro que “fizera seus estudos em Coimbra e tinha conversação atraente” (Saint-Hilaire “Viagem às nascentes do Rio São Francisco”, pág. 66).

Colégio São Luiz – Um dos mais tradicionais educandários de nossa região e que tanto serviu à educação e à formação dos jovens de nosso meio e de outras localidades do Estado foi o Colégio (ou Liceu) São Luiz, fundado e dirigido por Pe. Nicolau Badariotti¹, salesiano, de origem italiana. O estimado educandário funcionou de 1899 a 1919 em Conceição da Barra de Minas, sendo os dois primeiros anos (1899/1900) na sede do arraial e a partir de 1901 ocupando amplas e edificantes instalações próprias às margens do Rio das Mortes (Km 139 da Estrada de ferro Oeste de Minas).

Lá estudaram, dentre outros, os são-tiaguenses João e José Gaudêncio Neto (irmãos e futuros médicos), os irmãos Sansão, Job e Dorval Matta, José Caputo, Antonio Evangelista Silva (Toniquinho do Bananal), Antonio Lara, José Almeida Jr Sangiotti etc. Em 1919, Pe. Nicolau decidiu transferir o educandário para Bom Sucesso, aí funcionando até 1925.

Colégio Santa Rita, destinado principalmente ao sexo feminino, dirigido pela Profª Joana Batista, em Santa Rita do Rio Abaixo, funcionando nas primeiras décadas do século XX.

Colégio Santo Antonio em São João del Rei onde estudavam inúmeros são-tiaguenses – século XX.

NOTA

(1) Pe. Nicolau Badariotti – Sobre este excepcional sacerdote, educador e cientista, de origem italiana, a quem a nossa região muito deve, ver matéria em nosso boletim nº, e ainda nas obras do Prof. Antonio Gaio Sobrinho: “Memórias de Conceição da Barra de Minas”, “Conceição da Barra de Minas, minha terra natal” e “História da Educação em São João Del-Rei”;

SÃO TIAGO – PINCELADAS HISTÓRICAS

São Tiago – Município sito na região Campos das Vertentes, com cerca de 11.000 habitantes, área de 572, 4 km².

São Tiago esteve integrado, em suas origens, nos primeiros momentos, ao ciclo do ouro e, posteriormente ao denominado Caminho de Goiás. Sabe-se, pela tradição, que os primeiros brancos que chegaram ao nosso território, em 1708¹ no local Vargem Alegre, seriam mineradores de procedência espanhola, devotos de São Tiago Maior. Em cumprimento à promessa, caso fossem bem sucedidos, teriam erguido uma tosca ermida ao santo de sua devoção (São Tiago Maior). Como de praxe, à época, em torno ao acampamento, a uma vendinha ou capela, aglutinavam-se bandeirantes, mineradores, forasteiros, emboabas. Atividade efêmera, ao que parece. Com a abertura da “Picada de Goiás” em 1736, a região tornar-se-ia um caminho, que saído das proximidades de São João Del-Rei (Ibitutinga ou Caburu, segundo historiadores) estendia-se até os sertões goianos. Já em 1737, por concessão da Coroa Portuguesa, foram instaladas as primeiras sesmarias, entre os rios do Peixe e Jacaré, em terras da “Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe”, hoje município de São Tiago². Abandonada a bateia, a estância se transformaria num celeiro agropastoril trabalhado por sesmeiros, familiares, escravos.

Em 1761, por anuência de Dom Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, é edificada capela em honra a São Tiago Maior e Sant’Ana, santos de devoção dos primeiros moradores. A região, ao lado das fazendas, era também parada e passagem de viajantes, comboios, caravanas, manadas e tropas rumo ao “sertão” (Triângulo Mineiro, Goiás) e vice-versa, em direção ao litoral e a Corte. Aqui era também passagem e trânsito de outros itinerários, com intersecção para Vila Rica e sul da Província.

NOTAS

(1) Não só a oralidade, mas também historiadores como Afonso de Ávila mencionam o ano de 1708 como início das atividades mineradoras em São Tiago.

(2) Com a abertura da Picada de Goiás, a partir de 1736, o governo colonial concede as primeiras sesmarias na “Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe” (primitivo nome da atual São Tiago), na região entre os rios do Peixe e Jacaré, em terras que compõem o hoje município de São Tiago. Uma leitura mais acurada das cartas de sesmarias, então concedidas (1ª metade do séc. XVIII), a partir de suas demarcações e confrontações, dentre os sesmeiros da época, infere/sugere que, as mencionadas sesmarias, em sua maioria, achavam-se no entorno do arraial (este, provavelmente, já existente, ainda que em estágio rudimentar).

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EM SÃO TIAGO – Não há registros, em nossa cidade, de escolas régias ou de professores oficialmente nomeados ou remunerados. Algumas famílias, por sua exclusiva iniciativa e às suas expensas, contratavam mestres-escola que lecionavam, em espaço cedido pelo proprietário, às crianças da casa e até mesmo da vizinhança. Era um sistema de educação primária, doméstica, praticamente desvinculado do Poder Público, (salvo serviços de inspecção) ministrado, via de regra, para crianças do sexo masculino, oriundas das classes sociais mais abastadas. As meninas, eventualmente, recebiam educação pelas próprias mães, havendo relatos, contudo, de que aprendiam conjuntamente com os meninos. Curiosamente, há o registro de uma escola para o sexo feminino entre o final do séc. passado e as primeiras décadas do séc. XX, sob a regência da profª Anna Virginia de Andrade.⁽¹⁾ Tais escolas – como a de profª Anna Virginia –, como se deduz dos “Livros de Atas” (arqui-



vos da Escola Estadual “Afonso Pena Júnior”) eram rigorosamente fiscalizadas, mediante termos de visitas lavrados por inspetores de ensino, com criteriosa avaliação de itens como instalação material (predial), inventário de bens e objetos escolares, termos de matrícula e avaliação das alunas e até o comportamento moral e civil das professoras.⁽²⁾

Várias famílias, a fim de estudarem seus filhos, optaram por encaminhá-los a outras cidades, devidamente aquinhoadas com escolas régias ou ainda particulares (como São João Del-Rei, Juiz de Fora, Ouro Preto, Oliveira, Bom Sucesso, Lavras, Passa Tempo, Resende Costa etc.); outras famílias se mudaram do então arraial, como os Viegas, os Navarro, Ferreira de Carvalho, Andrade Reis, Melo, Pompeu de Campos etc. Mesmo com a implantação do “Grupo Escolar Afonso Pena Júnior” (1927), com a ministração do antigo ensino primário (hoje 1ª à 5ª séries), somente em 1958, a cidade contaria com o curso ginasial (hoje 6ª a 9ª séries do ensino básico), quando aqui se instalou o “Ginásio Santiaguense”, filiado à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, iniciativa de Mons. Francisco Elói e outras lideranças locais. Desta forma, até meados do séc. XX, mais e mais famílias deixaram a cidade, buscando oportunidades de educação e trabalho para seus filhos.

Um dos nossos primeiros educadores, no séc. XIX, foi o prof. Guilherme Alves de Andrade, natural de São João Del-Rei, aqui chegando oriundo de Resende Costa. Acompanhemos a explanação do historiador e memorialista resendecostense José Maria da Conceição Chaves:

“Pelos idos de 1869, aproximadamente, vindo da lendária terra de Tomé Portes del-Rei, chegou à Lage, o casal são-joanense Luiz Alves de Andrade e Dona Ilidia de Mesquita, que, dali, se transferiu para o arraial, trazendo os filhos Pedro, Antonio, Luiz, Guilherme e João Alves de Andrade e uma filha conhecida pelo apelido de Mocinha.

Dona Ilidia de Mesquita e seu filho Pedro Alves de Andrade Neto abraçaram o magistério primário (...) Guilherme e João se transplantaram para a vizinha cidade de São Tiago, onde o primeiro também se fez professor das primeiras letras. Os demais irmãos permaneceram na Lage, entregues a atividades diferentes...” (In “Memórias do antigo arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa, desde os proêmios de sua existência até os dias presentes”, pág. 107).

O “Almanak Administrativo, Civil de Industrial de Minas Gerais”, ano 1870, págs. 418/419, registra o sr. João Antonio de Campos como professor de primeiras letras (secção “Freguesia e Distrito de S. Thiago”).

Há o registro de uma escola primária, entre nós, conforme publicação no “Anuário de Minas 3º ano”, 1909, p. 274 – Nelson de Sena – Anuário Chorografico Est. Hist. Do Estado de Minas Gerais): “Fundado pelo normalista Sr. João Francisco de Chantal, auxiliado no ensino por sua esposa, também professora diplomada, existia então, no arraial, o Colégio São José, dividido em internato e externato. “Neste Instituto de ensino primário e secundário, lecionavam-se as seguintes matérias: leitura, caligrafia, português, aritmética, álgebra, geografia, história pátria, desenho linear, noções de geometria, música, francês etc.”⁽³⁾

Há que se registrar outros memoráveis mestres-escola de nosso meio, entre o final do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, como os Prof. Josino Alves Rodarte, Galiano das Neves, Salatiel Teixeira de Carvalho⁽⁴⁾, João Severino Ribeiro...



NOTAS

(1) Nesta escola estudaram Maria Pia de Oliveira e irmãs, conforme se deduz do registro da Caderneta de Marcos de Oliveira Braga.

Sobre esta ínclita mestra do passado, assim escreveu Augusto das Chagas Viegas: “A 23 de outubro de 1878, foi aqui criada uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino, em que ministrou o ensino a distinta e saudosa Dona Ana Virginia de Andrade (Dona Sinhá). É, todavia, certo, embora a imprecisão da data, que, muito antes, fora em São Tiago, instalada a cadeira de ensino primário para o sexo masculino, que dirigira o Professor João Batista Ferreira, marido da professora referida, nas primeiras núpcias desta. É tanto mais verossímil esta afirmação quanto é certo que, antes, a 23 de agosto de 1867, pela Lei nº 3.423, da Província, fora criada em Mercês de Água Limpa, povoação menor, pertencente à Freguesia de São Tiago, uma cadeira de ensino primário para o sexo masculino” (“Notícia Histórica do Município de São Tiago”, p.53).

(2) Pesquisadores interessados, recorrerem ao arquivo de livros de atas da E.E. Afonso Pena Junior.

(3) O prof. João Francisco de Chantal era casado com Maria Libânia da Silva, filha ela de Francisco Ribeiro da Silva e Ana Antonia de Resende. O casal Chantal residiria ainda em Bonfim, MG.

Francisco Ribeiro da Silva (1823–1912), sogro do prof. João Francisco de Chantal, era filho do Alf. Antonio Ribeiro da Silva (+ 1863) e Constância Cândida de Jesus, tendo falecido em Conceição da Barra. Seu testamento, porém, foi redigido aos 20/08/1908 em São Tiago. O casal Francisco Ribeiro da Silva/Ana Antonia de Resende casou-se aos 18/06/1845 na Capela de São Tiago. (Fontes: Projeto Compartilhar – Luiz Ribeiro da Silva / Ana Antonia de Resende e Francisco Ribeiro da Silva).

(4) Salatiel Teixeira de Carvalho foi professor na Chapada. Era filho de Salustiano Teixeira de Carvalho, português, latifundiário com vastas terras na Chapada, indo até as adjacências de Morro do Ferro. Pai do sr. Getúlio e sr. Janor José Teixeira.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E INFORMAL

Há registros de iniciativas particulares no tocante a ensino de capacitação profissional ou de suplementação escolar. A memória local menciona personalidades da estirpe de Dª Jovita da Mata Caputo que ministrava graciosamente aulas de corte e costura, artesanato (bordado, crochê etc.), além de piano, francês (ver matéria em nosso boletim nº IX – junho/2008) e ainda de Dª Maria José dos Reis (Nanhá Gabet) com ministração de aulas de culinária, artesanato, reforço escolar etc.

Nessa área, o setor público local atuaria na década de 1960, com o projeto de hortas e oficinas, voltados para a comunidade, em parceria com o programa “Aliança para o progresso” do governo norte-americano e ACAR (hoje EMATER).

O SINO JERÔNIMO

“Por quem os sinos dobram?”

De Hemingway e John Donne

Por Francisco Reis Bastos

A catedral de Oliveira, MG, possuía um sino ímpar, o mais harmonioso que se conheceu lá pelos Campos das Vertentes, nossos Trópicos Montanhese. Era o sino do Santíssimo Sacramento, o famoso sino “Jerônimo”.

Parece que era tão antigo quanto á origem do povoado, a Picada de Goiás, o primeiro arraial que deu origem à cidade.

As ondas sonoras daquele sino se irradiavam percorrendo o espaço, repercutindo longe, de quebrada em quebrada, numa extensão quilométrica. Quem o ouvia uma vez, não esquecia jamais. Nunca o confundia com outro sino de menor qualidade.

Os sinos são feitos de bronze, uma liga de vários metais, mas sabemos que sinos pequenos podem ser feitos de cerâmica e até de vidro.

Um sino pode se manifestar pelo repique ou pelo toque, o “dobre simples” ou o “dobre duplo”. O Simples é quando o sino cai para o lado em que se puxa o badalo e soa uma só pancada. Se o sino for puxado para o outro lado ocasionará duas badaladas. Melhor mesmo é escutá-los.

O sino marca as horas, comanda a fé de uma procissão, a tristeza de um enterro, convoca os fiéis para assistir à missa. Os sinos também comunicam e revelam a alegria e a tristeza da comunidade. Há cerca de quarenta toques de sino em nosso Estado de Minas Gerais.

Mineiro orgulha-se da tradição e da preservação da arte de tocar sino em nossas cidades históricas.

Nosso sino Jerônimo ocupava a torre direita da igreja e se destinava, em dobres tocantes e cheios de nostalgia, a marcar as solenidades da Irmandade do Santíssimo. Os funerais, as procissões, festividades religiosas e sociais eram acompanhados pelas badaladas solenes adequadas.

A população da cidade era orgulhosa do seu sino. Era parte nobre de tudo o que ali acontecia. Fazia parte da cultura popular.

Um dia, alguém começou a notar as primeiras badaladas infelizes, desafinadas daquele sino. Com os ouvidos atentos, depois de boas badaladas começou-se a notar a mudança do conhecido som do Jerônimo. Parecia um rouco, um grito de uma alma apunhada mortalmente. Ele não estava bem.

Todos se perguntavam o que teria acontecido. Talvez o badalo do sino tenha se deslocado de sua posição original causando um desajuste e desequilíbrio. Foram à torre pelas íngremes escadas, quase verticais e lá no alto constataram que havia de fato, uma rachadura na borda da bacia do sino. Era o que atrapalhava o belo som harmonioso do Jerônimo. Correram por chamar o Stanislaw, serralheiro competente. As opiniões divergiam. Era só cortar aquela parte com a serra e soldá-lo novamente com uma boa solda. O operário começou a cortar o sino com a serra que a cada golpe aprofundava se no corpo do sino e jorrava um jato dourado e bonito, da fuligem que ia se depositando na borda da amurada da torre, no piso e nos degraus da escada. Um jorro de um sangue dourado como uma sangria na alma vital do sino.

Aquilo tudo foi em vão e a cada badalada para testar a recuperação era uma decepção só. Não estava dando certo. Parecia o estertor de um paciente grave a sofrer. Agonizante.



Catedral de Oliveira

Haveria outra solução?

Levou-se o sino a Divinópolis, pela velha locomotiva, até as oficinas da Rede Mineira de Viação onde conseguiram finalmente, refundir o sino. O sino renasceu! Claro, tudo foi supervisionado pelos membros da Igreja que ali estavam para que não houvesse troca na preciosa e santa liga metálica do sino. Só aquela liga metálica poderia ofertar aquela excelência sonora. Afinal, havia toda uma história daquele belo instrumento metálico que foi fundido em Oliveira mesmo por um antigo obreiro ambulante chamado à cidade.

Foi uma sorte! Por três vezes, ele fundiu o sino que testado não emitia som adequado. Foram testando e pedindo toda a ajuda possível. Após nova cooperação da população, com sua



generosidade doando moedas, peças de ouro, prata e cobre, conseguiram a amálgama correta que permitiu a batida perfeita do badalo do famigerado sino Jerônimo.

www.franciscoreisbastos.com.br
Belo Horizonte. - BRASIL

AO PÉ DA FOGUEIRA



INTUIÇÃO PROVIDENCIAL

Não tinha, nem tivera, momento algum, o propósito de alterar o itinerário. Profissional da área veterinária, atendia inúmeras fazendas da região, como o fazia habitualmente, há tempos, quem sabe há anos, utilizando-se do trajeto já convencionado, a bordo de veículo tracionado, estradas vicinais de péssima trafegabilidade. Afinal, produtor rural somente é lembrado pelos políticos e governantes, como de sempre, à época de eleições.

Expediente praticamente encerrado naquele dia, decide, de momento, de forma momentânea, alterar o roteiro, embrenhando-se por uma estrada secundária, onde se situavam várias propriedades rurais, em si pitorescas, singulares, praticamente isoladas.

Maquinalmente, adentra uma delas, porteira de entrada aberta de par em par. Uma intuição?! Premonição?! Sequer sabia o nome do proprietário. O entardecer a espreita, o sol anunciando, discretamente, a despedida. Nenhum movimento no interior, salvo um cão que latia desabridamente, próximo a uma construção ao fundo, de onde vinham sons estrídulos, barulhentos de máquina em movimento. Para lá se dirige o recém-chegado. Ouve-se um ruído irregular, compresso de engrenagens. No interior do cômodo, uma cena cruciante. Um homem estendido ao solo, totalmente inerte, roupa em fragmentos, ensopado de sangue, aparência de morto. A máquina ensiladei-

ra, ligada, cujas correias, frenéticas, tonitroantes, sinalizavam grave acidente, de alguns minutos atrás.

O recém-chegado, de um salto, instintivamente, lança-se sobre o interruptor elétrico, este, por sorte, bem visível e próximo à porta de entrada, desligando a máquina. Ausculta, a seguir, o acidentado, percebendo-lhe ainda débeis sinais de vida. Improvisa ali bandagem e procedimentos emergenciais de forma a estancar o sangue a emanar das feridas, oriundas da chocante queda. Consegue felizmente, pelo celular, fazer contacto imediato com a cidade.

O acidentado, que ali trabalhava sozinho, com intensas escoriações, é dali, dentro de pouco tempo, retirado por profissionais do SAMU, devidamente conduzido ao hospital local e deste a hospital de maior porte em cidade próxima com maiores recursos, onde se submeteria a várias cirurgias ortopédicas, ai permanecendo por semanas. Após recuperar a consciência, informara o semante que, num momento de descuido, as correias em movimento, enlearam-se à sua roupa, arrastando-o inexoravelmente para a boca da ensiladeira, sendo jogado, com violência, ao solo, assim deduzira, pois perdera a consciência, só recobrando-a já no hospital. Salvo, enfim, por um milagre, dada a intercessão providencial de um viajante, que, inexplicável e inusitadamente, mudara de roteiro!

Realização:



Apoio:

